



Demonstrações Financeiras

Em 30 de junho de 2023



SUMÁRIO

06 1. DESENVOLVE SP - A AGÊNCIA DO EMPREENDEDOR

07 2. ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO

- 07 Planejamento Estratégico 2023 - 2030
- 07 Planos de metas
- 08 Público-alvo
- 09 Plano de reestruturação, aumento de eficiência e qualidade de serviço prestado

10 3. LINHAS DE FINANCIAMENTO E FUNDOS

- 10 Linhas de Financiamento
- 12 Fundos Garantidores
- 12 Fundos de Desenvolvimento
- 13 Fundos de Investimento em Participações
- 14 Funding

14 4. DESEMPENHO OPERACIONAL

- 14 Desembolsos
- 16 Saldo das Operações de Crédito

18 5. DESEMPENHO FINANCEIRO

19 6. GOVERNANÇA CORPORATIVA

- 19 Controles Internos, *Compliance* e Gestão de Risco
- 20 Lei Geral de Proteção de Dados
- 20 Programa Nacional de Prevenção à Corrupção
- 20 Gestão de Pessoas

21 7. ATUAÇÃO SUSTENTÁVEL

22 8. COOPERAÇÃO TÉCNICA E INSTITUCIONAL

- 22 Implementação de Políticas Públicas
- 23 Cooperação Técnica
- 24 Relacionamento Institucional

26 9. DESTAQUES

30 FICHA TÉCNICA - 30/06/2023

32 RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

38 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- 38 Balanço Patrimonial
- 40 Demonsteção de resultado
- 41 Demonstração do resultado abrangente
- 42 Demonstração das mutações do patrimônio líquido
- 44 Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto

46 NOTAS EXPLICATIVAS

- 46 1 - Contexto operacional
- 46 2 - Base de elaboração e apresentação das demosntrações financeiras
- 47 3 - Principais práticas contábeis
- 51 4 - Caixa e equivalentes de caixa
- 52 5 - Títulos e valores mobiliários e Intrumentos financeiros derivados
- 54 6 - Operações de crédito
- 57 7 - Outros Ativos
- 58 8 - Imobilizado e Intangível
- 58 9 - Depósitos e demais instrumentos financeiros
- 60 10 - Obrigações fiscais correntes e diferidas
- 60 11 - Outros Passivos
- 61 12 - Patrimônio líquido
- 63 13 - Desdobramento das contas de resultado
- 66 14 - Imposto de renda e contribuição social
- 67 15 - Transações com partes relacionadas
- 70 16 - Contingências
- 70 17 - Segmentação do Sistema Financeiro Nacional (SFN)
- 71 18 - Declaração de Apetite por Riscos (RAS)
- 71 19 - Integração entre os riscos
- 71 20 - Estrutura de Gerenciamento de Riscos e de Capital
- 72 21 - Políticas de Gerenciamento de Riscos e Capital
- 74 22 - Política de Divulgação de Informações de Informações do Rlatório de Pilar 3
- 74 23 - Programa de Teste de Estresse
- 75 24 - Relatórios
- 75 25 - Limites Operacionais
- 76 26 - Análise de Sensibilidade
- 77 27 - Outras Informações
- 77 28 - Eventos Subsequentes

80 RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

86 PARECER 002/2023 DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1º semestre de 2023

1. DESENVOLVE SP – A AGÊNCIA DO EMPREENDEDOR

Desenvolve SP - A Agência do Empreendedor é uma instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e integrante da administração indireta do Estado de São Paulo. Passou a ser vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico em 2023, e tem por objetivo atender as micro, pequenas e médias empresas e os municípios paulistas, por meio de opções de crédito sustentável, colaborando diretamente para a qualidade de vida da população. Sua atividade-fim é o financiamento de capitais fixo e de giro associados a projetos produtivos, visando ao aumento da competitividade e sustentabilidade da economia paulista.

Neste semestre, tomou posse a nova diretoria da Desenvolve SP:

- Ricardo Dias de Oliveira Brito – Diretor Presidente e Diretor de Negócios e Fomento em exercício;
- Karen Kemely Mussi Mhereb - Diretora Financeira e de Crédito;
- Gustavo José Melo Santos - Diretor Administrativo, de Projetos e Processos.



2. ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO

Ciente de seu papel e alinhada às políticas públicas do Estado de São Paulo, a Desenvolve SP busca promover cada vez mais o desenvolvimento sustentável de longo prazo por meio de seus produtos e serviços, primando pela boa gestão, pelo crédito responsável e pela qualidade de sua carteira de clientes.

2.1 Planejamento Estratégico 2023 -2030

O Planejamento Estratégico vigente da instituição possui como principais diretrizes de atuação a governança, a sustentabilidade e a inovação, ancoradas nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU).

O PE 2023-2030 busca preparar, em nível estratégico, a Desenvolve SP para atuar como instituição promotora do Desenvolvimento Sustentável do Estado de São Paulo, em suas três dimensões (ambiental, social e econômico), além de promover o crescimento e fortalecimento organizacional e estimular a inovação em seus múltiplos contextos, tanto interno quanto naquela promovida pelos clientes da instituição.

2.2 Plano de metas

Com o objetivo de avaliar no curto prazo o desempenho e a eficiência da instituição, bem como direcionar a sua estratégia operacional, o Plano de Metas para 2023 conta com cinco indicadores quantitativos com pesos idênticos (20% cada). As metas foram revisadas em 06/2023 levando em conta a evolução projetada dos negócios da Desenvolve SP para o ano presente.

A Meta Global¹, na posição 30/06/2023, ficou em 97,9%, conforme a composição abaixo.

Tabela 1 - Plano de Metas 2023

DESENVOLVE SP	DATA BASE: 30/06/2023			META GLOBAL: 97,9%		
	INDICADOR	PESO	META ANUAL	META ACUMULADA DO MÊS	REALIZADO ACUMULADO MÊS	% META ACUMULADO MÊS
ÍNDICE DE EFICIÊNCIA	0,2	27,2%	27,2%	17,9%	134,2% ●	100,0%
LUCRO LÍQUIDO RECORRENTE	0,2	R\$ 183.068.880	R\$ 98.503.900	R\$ 113.580.026	115,3% ●	100,0%
DESEMBOLSO TOTAL	0,2	R\$ 1.001.848.305	R\$ 429.813.101	R\$ 414.981.163	96,5% ●	96,5%
RECEITA COM ADMINISTRAÇÃO DE FUNDOS DE DESENVOLVIMENTO	0,2	R\$ 52.086.089	R\$ 26.043.045	R\$ 26.740.836	102,7% ●	100,0%
TAXA DE INADIMPLÊNCIA	0,2	8,5%	8,5%	9,1%	92,8% ●	92,8%

Fonte: Desenvolve SP (2023)

¹Meta Global: somatório dos resultados de cada indicador ponderados pelos seus respectivos pesos, limitados a 100%.

Índice de Eficiência	Relação entre as despesas operacionais e a receita bancária.
Lucro Líquido Recorrente	Apurado a partir do Lucro Líquido contábil com adições e exclusões de despesas e receitas não recorrentes no período.
Desembolso total	Total de desembolsos realizados em 2023.
Receita com administração de fundos desenvolvimento	Receita com administração de fundos baseada nos seus patrimônios. O esforço para atingimento da meta será em negociar com o governo a manutenção do patrimônio, já que os valores inicialmente não utilizados podem ser solicitados pelo governo para serem utilizados em outras ações.
Taxa de Inadimplência	Percentual do saldo de carteira de créditos vencidos e não pagos há mais de 90 (noventa) dias em relação ao saldo total da carteira de créditos.

2.3 Público-alvo

A Desenvolve SP atende as empresas instaladas e com sede no estado de São Paulo, com faturamento anual de R\$ 81 mil até R\$ 300 milhões, dos setores produtivos: agronegócio, comércio, indústria e serviços.

As prefeituras e os órgãos da administração direta e indireta dos municípios também fazem parte do público atendido pela instituição, por meio de linhas de financiamento específicas para o setor público.

Além das linhas de financiamento, também é objeto da Desenvolve SP a prestação de serviços de consultoria e de agente financeiro, assim como serviços de administração dos Fundos Especiais de Financiamento e Investimento do Estado de São Paulo, tendo como público-alvo as Secretarias de Governo do Estado.



2.4 Plano de reestruturação, aumento de eficiência e qualidade de serviço prestado

A Desenvolve SP realizou a contratação de consultoria especializada com o objetivo de diagnosticar os principais desafios e identificar as prioridades para reestruturar a instituição, melhorando a performance na concessão de crédito e na administração de fundos.

Neste primeiro semestre de 2023, portanto, a consultoria atuou com o objetivo de apoiar a execução do Plano de Negócios 2023 com destaque para as seguintes atividades:

- 1 Identificar oportunidades para criar uma jornada de concessão de crédito mais ágil e eficiente;
- 2 Definir um *roadmap* de implementação das oportunidades de melhoria no curto prazo (com foco em *quick wins*), médio e longo prazo;
- 3 Aperfeiçoar a experiência do Cliente na concessão de crédito;
- 4 Mapear Processos e Sistemas de Informação e Jornada do Colaborador;
- 5 Efetuar diagnóstico de Tecnologia da Informação: Infraestrutura, Arquitetura e Segurança Cibernética.

Como resultado desse trabalho, foram definidos oito macroprojetos segmentados em 100 iniciativas a serem executados a partir do segundo semestre de 2023, sendo eles:

- 1 Reestruturação da área de TI;
- 2 Implantação do Motor de Crédito;
- 3 Revisão do Processo de solicitação de crédito / *onboarding*;
- 4 Melhoria das atividades de cobrança e honras;
- 5 Automação dos processos financeiros pós-concessão;
- 6 Aperfeiçoamento e expansão do atendimento ao cliente;
- 7 Definição de métricas de gestão;
- 8 Incorporação do Banco do Povo Paulista e redesenho do programa de microcrédito.

Com a execução desses projetos, pretende-se pavimentar o caminho para realizar mudanças transformacionais a partir de 2024, sendo algumas delas:

Reestruturação do portfólio de produtos e revisão das políticas de crédito e garantias, de forma a focar em:

Setor Privado pequenas empresas, inovação e sustentabilidade;

Setor Público municípios pequenos e médios; saneamento, cidades inteligentes e resiliência climática;

Expansão do microcrédito via recursos repesados de bancos privados;

Ampliação da atuação da Desenvolve SP por meio de Fundos de Investimentos em Participações (FIPs) e Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDCs);

Criação de área de inteligência de dados;

Reestruturação do processo de criação de novos produtos para maior agilidade e customização.



3. LINHAS DE FINANCIAMENTO E FUNDOS

3.1 Linhas de Financiamento

A Desenvolve SP possui, em seu portfólio de produtos, 25 linhas de financiamento para o setor privado que atendem às diversas áreas e atividades, financiando desde capital de giro, aquisição de máquinas e equipamentos, até grandes projetos de investimento em ampliações e modernização, incluindo projetos inovadores e sustentáveis.

Em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, em 08/03/2023, foram lançadas duas linhas com condições especiais para atendimento desse público. As linhas contam com a disponibilização de um limite de crédito pré-aprovado de R\$ 200 mil, independentemente da análise de crédito, e a dispensa da necessidade de apresentação do projeto de investimento para financiamentos de até esse limite. Adicionalmente, as linhas contam com a redução das tarifas de contratação (TCC e TAC) para 0,5%, a ser cobrada apenas no sucesso da operação.

O orçamento para as duas linhas somadas é de R\$ 50 milhões, e foram lançadas com vigência até 30/06/2023.

Linha Desenvolve Mulher

A Linha Desenvolve Mulher apoia empresas paulistas, com faturamento anual entre R\$ 81 mil e R\$ 4,8 milhões, e que tenham mulheres como administradoras ou sócia-administradoras, a modernizar e a expandir a capacidade produtiva, por meio da renovação de seu parque de máquinas e equipamentos, do apoio aos projetos de implantação, ampliação, atualização, de apoio à inovação e ao desenvolvimento tecnológico, ao meio ambiente e à eficiência energética. A linha foi lançada com vigência até 30/06/2023, e foi prorrogada até 31/12/2023.

Linha Desenvolve Mulher Sustentável



A Linha Desenvolve Mulher apoia empresas paulistas, com faturamento anual entre R\$ 81 mil e R\$ 4,8 milhões, e que tenham mulheres como administradoras ou sócia-administradoras, financiando projetos que promovam adequações em processos produtivos, de modo a reduzir a emissão de gases de efeito estufa (GEE) e a adaptar a empresa à Política Estadual de Mudanças Climáticas. A linha foi lançada com vigência até 30/06/2023, e foi prorrogada até 31/12/2023.

Outras linhas lançadas no primeiro semestre de 2023:

Linha Crédito Digital Giro Exportação

A linha Crédito Digital Giro Exportação tem o objetivo de proporcionar maior agilidade na concessão do financiamento de Capital de Giro para micro e pequenas empresas exportadoras enquadradas nos demais critérios do Crédito Digital.

Linha Giro Exportação - LGE

Financiamento de capital de giro isolado para pequena e média empresa exportadora.

Linha Agroindústria Investimento

A linha Agroindústria Investimento oferece condições especiais para a aquisição de máquinas e equipamentos pela Agroindústria do Estado de São Paulo. A linha não atende operações que se configurem como crédito rural.

A linha tem o orçamento de R\$ 200 milhões e conta com a equalização de parte das taxas de juros pelo FUNAC – Fundo de Apoio ao Contribuinte.

Linha BNDES Exim Pré-Embarque

A linha BNDES Exim Pré-Embarque visa promover a competitividade das empresas industriais paulistas exportadoras, por meio do financiamento da produção de bens destinados à exportação, com recursos do BNDES.

A instituição oferece ainda quatro linhas de financiamento voltadas ao setor público, que visam incentivar o crescimento dos municípios e contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população paulista. Estas linhas oferecem taxas de juros competitivas e prazos longos, para apoiar a administração municipal na realização dos investimentos necessários à infraestrutura do município, sem comprometer a saúde financeira do município.

3.2 Fundos Garantidores

Conforme política de garantia vigente na Desenvolve SP, os fundos garantidores são uma alternativa para os micro, pequenos e médios empresários que não possuem garantias reais suficientes para serem utilizadas nas operações de crédito. A instituição opera com dois fundos garantidores: Fundo de Aval (FDA) e Fundo Garantidor Para Investimentos (FGI).



3.3 Fundos de Desenvolvimento

A Desenvolve SP é administradora de treze Fundos Especiais de Financiamento e Investimento do Estado de São Paulo:

Tabela 2 – Ativos Administrados pela Desenvolve SP dos Fundos de Desenvolvimento

FUNDO	SECRETARIA	DESTAQUE	ATIVOS ADMINISTRADOS (R\$ MILHÕES)
FUNDOS ESPECIAIS DE FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO			
BPP	SDE	Microcrédito	881,9
FEHIDRO	SEMIL	Projetos não reembolsáveis e arrecadações	687,6
FUNAC	SEFAZ	Financiamento e Equalização para Indústria	615,4
FEAP	SAA	Subvenções e Crédito aos Produtores Rurais	498,4
FUNDOCAMP	SDUH	Projetos na RM de Campinas	47,4
FPHIS	SDUH	Repasses para Programas Habitacionais	144,7
FUNDESVAR	SDE	Equalização em Financiamentos Vale do Ribeira	9,7
FUNDESPAR	SAA	Projetos de Regularização Fundiária	5,3
FUNDOVALE	SDUH	Projetos na RM do Vale do Paraíba e Litoral Norte	4,6
FUNCET	SCTI	Editais e Equalização para Proj. de Inovação e Tecnologia	1,0
FEPRAC	SEMIL	Projetos para reabilitação de áreas contaminadas	5,2
FUNDOS GARANTIDORES			
FDA	SEFAZ	Fundo Garantidor de Aval	234,7
FGH	SDUH	Garantia para projetos habitacionais	31,8
TOTAL	13		3167,8

Fonte: Desenvolve SP (2023)

A gestão da carteira do Banco do Povo Paulista é um dos focos da Desenvolve SP. Desde sua transferência, em 2018, foi desembolsado R\$ 1.361,6 milhões, por meio de 104 mil contratos, beneficiando 516 municípios, até 06/2023. Somente no primeiro semestre de 2023, foram desembolsados R\$ 135,3 milhões para mais de 7,9 mil microempreendedores.

Estão em tratativas as transferências dos seguintes Fundos para a Desenvolve SP: Fundo Metropolitano de Financiamento e Investimentos (Fumefi); Fundo de Desenvolvimento Metropolitano da Baixada Santista (FDMBS); e Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Sorocaba.

3.4 Fundos de Investimento em Participações

Os Fundos de Investimento em Participações (FIPs) são instrumentos financeiros, regulados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que selecionam e investem em empresas de grande potencial, em troca de participação societária. Os fundos são constituídos com capital de investidores qualificados, possuem tempo de vida definido e contam com gestores habilitados e qualificados em encontrar e administrar as empresas selecionadas para esses investimentos.

A Desenvolve SP investe, hoje, em quatro fundos dessa categoria: Fundo Inovação Paulista, Fundo Aeroespacial, Fundo CRP Empreendedor e Fundo BBI Financeiro I, todos em fase de desinvestimento.

Até 30/06/2023, a Desenvolve SP investiu, indiretamente, por meio desses veículos, em 45 empresas, sendo 34 localizadas no estado de São Paulo.

3.5 Funding

Para conseguir cumprir com o seu papel de agente financeiro do governo do estado de São Paulo e financiar a economia paulista no cenário de recuperação econômica global, a Desenvolve SP busca continuamente novas fontes de recursos.

Por isso, a Desenvolve SP está em negociação avançada para obtenção de funding junto ao New Development Bank (NDB), no valor de US\$ 90 milhões, assim como com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no montante de US\$ 110 milhões, ambos com garantia soberana aprovada pela Comissão de Financiamento Externo (Cofex), com foco em investimento de projetos de infraestrutura para os setores público e privado, no âmbito de mudança climática e inclusão social.

Além disso, também está em tratativa para obtenção de recursos junto ao BID, com garantia soberana já aprovada pela Cofex, no valor de até US\$ 195 milhões para investimento exclusivamente no Setor Privado de inovação do Estado de São Paulo.



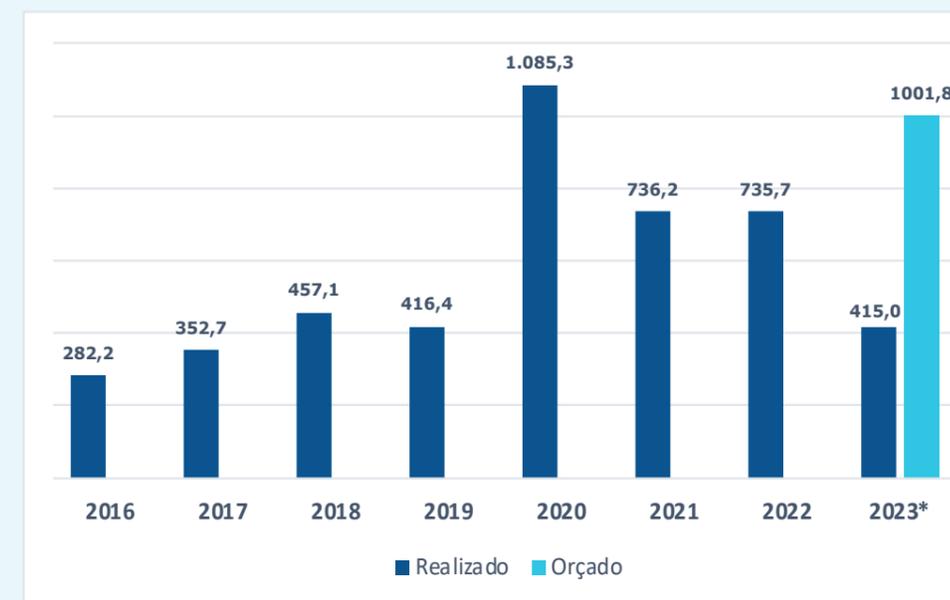
4. DESEMPENHO OPERACIONAL

4.1 Desembolsos

Os desembolsos acumulados totalizaram, desde 2009 até 30/06/2023, o montante de R\$ 6.549,8 milhões, com um total de 14.107 operações, distribuídas em 456 municípios paulistas. Do total desembolsado, 10.731 empresas e 202 prefeituras foram beneficiadas com os recursos da Desenvolve SP.

No primeiro semestre de 2023, foram 821 operações que resultaram em desembolsos na ordem de R\$ 415,0 milhões, sendo 78,0% liberados com recursos próprios e os outros 22,0% com recursos de terceiros, distribuídos em 14,3% com recursos do BNDES, 7,3% com recursos da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e 0,4% do Fundo Geral de Turismo (Fungetur). Neste período, foram atendidas 818 empresas e 51 prefeituras, abrangendo um total de 190 municípios.

Gráfico 1 - Composição anual do Desembolso Acumulado Total



*De 01/2023 a 06/2023

Fonte: Desenvolve SP

A Desenvolve SP desembolsou R\$ 227,7 milhões, neste semestre, para financiamento de projetos de investimento – aumento de 197,9% em relação ao mesmo período de 2022 – o que representa 54,9% do total de desembolso. Outros 41,9% foram destinados a capital de giro, enquanto 3,2% foram para aquisição de máquinas e equipamentos.

O setor de serviços teve 26,7% de participação no total desembolsado do primeiro semestre de 2023, seguido pelo setor da indústria, com 22,0%, o qual teve um aumento de 72,8% em relação ao mesmo período de 2022, do comércio com 15,6%, construção com 1,4% e agricultura, pecuária e pesca com 0,2%. Já o setor de serviços públicos representou 34,2% de todo montante financiado pela Desenvolve SP.

Destacam-se também os desembolsos voltados para inovação, que atingiram a marca de R\$ 302,3 milhões no acumulado histórico. Em 2023, foram desembolsados R\$ 30,5 milhões, maior desembolso para inovação de um 1º semestre e aumento de 183,5% em relação ao mesmo período de 2022. As Micro e Pequenas empresas (MPEs) representam 46,1% do desembolso acumulado no período de 2013 a 2023 para inovação, o que está em consonância com a Lei Estadual nº 15.099, de 25/07/2013, que dispõe sobre programas específicos de inovação tecnológica para empresas paulistas desse porte.

Alinhada aos ODS, a Desenvolve SP desembolsou neste semestre R\$ 12,5 milhões pela Linha Economia Verde, aumento de 115,1% em relação ao mesmo período em 2022. Já para a Linha Verde Municípios, a Desenvolve SP desembolsou R\$ 6,0 milhões, aumento de 932,1% em relação ao mesmo período de 2022.

O Crédito Digital, plataforma da Desenvolve SP que aprova financiamentos para capital de giro, desembolsou R\$ 109,5 milhões para 702 empresas no primeiro semestre de 2023. No total, a modalidade atingiu R\$ 1.201,5 milhões em empréstimos para 7.198 empresas paulistas desde 2016.

No Setor Público, foi desembolsado R\$ 1.164,7 milhões para 202 prefeituras no acumulado histórico. Em 2023, a Desenvolve SP teve o maior desembolso para o setor público já realizado, no valor de R\$ 141,8 milhões em um semestre, crescimento de 414,2% comparado ao mesmo período de 2022.

Programa Desenvolve Municípios: convênio com a Secretaria de Desenvolvimento Regional para a equalização de taxas firmado em 2022, onde foram captados mais de R\$ 2 bilhões em novos pedidos de financiamento. Desse montante, cerca de R\$ 1.050,0 milhões já foram contratados pelos municípios e aproximadamente R\$ 120,0 milhões foram desembolsados no primeiro semestre de 2023.

Considerando todas as linhas de crédito para o setor público, a Desenvolve SP assinou a contratação de 10 novas operações de crédito no primeiro semestre de 2023, somando R\$ 80,4 milhões. Nesse período, também foram aprovadas outras 10 operações, no valor de pouco mais de R\$ 97,7 milhões.

4.2 Saldo de Operações de Crédito

Neste semestre, o saldo da carteira de crédito da instituição alcançou R\$ 2.260,6 milhões, o que representa um crescimento de 6,5% quando comparado a 06/2022. A Desenvolve SP está presente em 63% das cidades paulistas, com pelo menos uma operação ativa.

Figura 1 – Mapa de atuação do Desenvolve SP



Fonte: Desenvolve SP

Em relação ao porte, 75,1% da carteira refere-se às micro, pequenas e médias empresas. No âmbito do capital destinado ao setor público, a representatividade do saldo de carteira para as prefeituras alcançou 19,0%. Esta participação de financiamentos a agentes públicos paulistas é a maior já realizada e representa um crescimento de 65,2% em relação ao mesmo período de 2022, consolidando o papel da Desenvolve SP como instrumento financeiro de políticas públicas do estado.

Entre as modalidades de crédito oferecidas pela instituição, Capital de Giro representou 49,8% da carteira ativa, Projetos de Investimento 47,1% e Máquinas e Equipamentos 3,1%. A representatividade de Capital de Giro na carteira de crédito deve-se à atuação anticíclica realizada durante o período mais drástico da pandemia (2020-2022). Atualmente, a instituição está imprimindo esforços para retornar a seu objetivo maior como Agência de Fomento: financiar projetos de investimento e a aquisição de máquinas e equipamentos, gerando emprego e renda para a população do Estado de SP.

Leilão de ICMS

No primeiro semestre de 2023, a Desenvolve SP realizou o décimo nono leilão de créditos acumulados de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Esses créditos são ofertados em garantia de operações contratadas no Programa de Apoio ao Setor Avícola (Proavi), ajudando o setor a monetizar estes ativos. O leilão ocorreu em fevereiro e teve um montante de créditos de R\$ 36,9 milhões, sendo adquiridos por R\$ 34,6 milhões, o que representa um deságio de 6,1%.



Cobrança

No cenário atual, é crucial para a autossustentabilidade da Instituição uma forte gestão na cobrança, tanto judicial quanto extrajudicial, identificando precocemente operações que apresentem maior possibilidade de atrasos no pagamento, com vistas à adoção de providências necessárias para evitar o inadimplemento e prejuízos para a instituição financeira.

Neste contexto, a Instituição possui, atualmente, contrato com três sociedades de advogados e dois escritórios de cobrança administrativa, o que tornou ainda mais efetiva a cobrança extrajudicial, permitindo também a adoção de medidas judiciais de forma mais célere.

Além disso, a Instituição tem conjugado esforços visando à recuperação de créditos, de forma a permitir uma melhoria na qualidade da carteira, bem como possibilitar o retorno do crédito com vistas à oferta para as demais empresas paulistas que dele necessitem. Como fruto dessas ações, até 06/2023 foram obtidos mais de R\$ 7,0 milhões em regularização de prejuízo.

Em um cenário pós-pandemia, a Desenvolve SP intensificou a sua política de cobrança, com foco na renegociação com clientes inadimplentes, demonstrando seu compromisso com o desenvolvimento sustentável da economia do Estado de São Paulo. Essa abordagem estratégica visa à redução da inadimplência, ao aumento da recuperação de valores em atraso e à preservação da reputação da Agência no mercado. Nesse sentido, foram regularizados R\$ 29,0 milhões, por meio de renegociações e acordos judiciais. Além disso, todas as medidas de cobrança judicial que haviam sido flexibilizadas no período da pandemia foram retomadas, tendo em vista que é necessário o retorno do crédito para que a instituição possa permanecer fomentando, de forma sustentável, o crédito para micro, pequenas e médias empresas paulistas.

5. DESEMPENHO FINANCEIRO

O lucro líquido no primeiro semestre de 2023 de R\$ 113,6 milhões, 21,2% acima do registrado no primeiro semestre de 2022. O desempenho financeiro deste semestre foi impactado, principalmente, pelas receitas com títulos e valores mobiliários proveniente do aumento de capital realizado em 12/2022. Também foi destaque o aumento das receitas de operações de crédito, líquido das captações, em função da taxa Selic média maior que a do período de 2022, e o aumento das receitas de prestação de serviços de administração dos Fundos do Governo. Em contrapartida, houve um aumento na despesa com Previsão para Devedores Duvidosos (PDD) em decorrência do aumento da inadimplência no exercício, reflexo das operações realizadas durante o período da pandemia, de 03/2020 a 12/2022. Adicionalmente, houve também um aumento dos investimentos em tecnologia e despesas com cobrança, em linha com o planejamento estratégico para o ano.



Com Patrimônio Líquido de R\$ 3.328,0 milhões, o Retorno Anualizado sobre o Patrimônio Líquido (ROAE), em 30/06/2023, foi de 7,0%. O resultado bruto da intermediação financeira foi de R\$ 173,8 milhões, com saldo líquido entre despesas operacionais e outras receitas de R\$ 16,2 milhões, gerando resultado operacional de R\$ 157,6 milhões.

Em 30/06/2023, o total de ativos alcançou R\$ 4.759,0 milhões, composto por 41,9% de operações de crédito, 51,6% de títulos e valores mobiliários e 6,5% de outros ativos.

6. GOVERNANÇA CORPORATIVA

6.1 Controles Internos, *Compliance* e Gestão de Riscos

A Superintendência de Controle de Riscos, Compliance e Normas (Suric) é responsável pelo gerenciamento de capital e dos riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, social, ambiental e climático, além de ser responsável pelas normas e pelos controles internos da Instituição.



As políticas de gestão de riscos e de capital são aprovadas e revisadas anualmente pela Diretoria Colegiada e pelo Conselho de Administração. Essas políticas instituem diretrizes, metodologias, limites e responsabilidades no âmbito do gerenciamento de riscos, com acompanhamento sistemático de seu cumprimento pela alta administração. As revisões anuais são resultantes do aprimoramento requerido pela aplicação dos controles nos processos existentes.

Vale destacar o trabalho desenvolvido para o controle dos planos de ação, resultantes do mapeamento de riscos das atividades da Instituição, dos apontamentos das Auditorias Interna e Externa e das ações demandadas pela regulamentação aplicável, além do acompanhamento sistemático do cumprimento das normas expedidas pelos órgãos reguladores, com o conhecimento das ações executadas para o atendimento aos prazos estabelecidos.

No âmbito de Basileia III, a Desenvolve SP encontra-se devidamente enquadrada nos limites operacionais estabelecidos pela regulamentação vigente.

Em conformidade com a Resolução nº 4.557, de 23/02/2017, do Conselho Monetário Nacional (CMN), alterada pela Resolução CMN nº 4.943, de 15/09/2021, a Desenvolve SP possui uma Política de Gerenciamento dos Riscos Social, Ambiental e Climático (PGRSAC), que estabelece critérios, do ponto de vista socioambiental e climático, para concessão de crédito, avaliação de garantias e contratações administrativas.

Como parte do gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático da carteira de crédito da Instituição, são utilizadas as informações dos Cenários 2040, provenientes do Zoneamento Ecológico-Econômico do estado de São Paulo (ZEE-SP).

Além disso, faz parte da PGRSAC a Lista de Exclusão da Desenvolve SP, que contém as atividades e os empreendimentos não financiados e as situações envolvendo condenação em crimes sociais, ambientais ou climáticos. Essa lista foi revisada, passando a contemplar itens das Listas de Exclusão do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), da International Finance Corporation (IFC), do New Development Bank (NDB), do Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

6.2 Lei Geral de Proteção de Dados

Durante o primeiro semestre de 2023, a Desenvolve SP deu andamento ao trabalho de promoção das adequações necessárias em relação aos requisitos da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), destacando-se as ações voltadas à promoção de treinamento dos colaboradores e iniciou a pesquisa de soluções de mercado, visando ao aprimoramento das atividades realizadas pelo Encarregado. A Política de Proteção de Dados Pessoais e Privacidade está disponível no site da Instituição <https://www.desenvolvesp.com.br/institucional/lgpd/>.

6.3 Programa Nacional de Prevenção à Corrupção

A Desenvolve SP participou da autoavaliação de aderência às boas práticas de prevenção e combate à fraude e corrupção, promovida pelo Programa Nacional de Prevenção à Corrupção (PNPC), onde foi disponibilizado um roteiro de atuação, com sugestões de aprimoramento das melhores práticas. Está em andamento a verificação dessas sugestões, para posterior definição dos procedimentos para implantação.

6.4 Gestão de Pessoas

O Programa de Treinamento e Desenvolvimento (T&D) da Desenvolve SP teve, no primeiro semestre, investimento de R\$ 138 mil, beneficiando 33 colaboradores. Foram 443 horas de formação técnica e de competências comportamentais e 1.354 horas/aula em cursos de graduação, pós-graduação e idiomas.



A Desenvolve SP também valoriza a manutenção da saúde e qualidade de vida dos colaboradores. Por isso, adquiriu 242 doses de vacina antigripal quadrivalente para imunização de seus colaboradores.

7. ATUAÇÃO SUSTENTÁVEL

Sustentando seu compromisso com a abordagem integrada das questões econômicas, sociais, ambientais e climáticas, a Desenvolve SP vem fortalecendo seu alinhamento com a Agenda Global de Desenvolvimento Sustentável – Agenda 2030, realizando ações estratégicas que visam contribuir para a transformação do Estado de São Paulo e acelerar os impactos positivos em direção às metas dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), definidos pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Focados nessa agenda, as principais ações executadas e que tiveram destaque no primeiro semestre de 2023 foram:

Conclusão do desenvolvimento da Calculadora de Carbono (emissões, emoções e redução de emissões de gases de efeito estufa e estoque de carbono), realizado por meio de acordo de cooperação técnica com o BID, onde foi considerada a análise histórica de financiamentos e do portfólio de produtos da Desenvolve SP, suas perspectivas para investimentos futuros, bem como a análise do contexto e tendências locais e regionais;

Elaboração e divulgação do Relatório de Sustentabilidade 2022, conforme diretrizes e recomendações das normas da organização internacional Global Reporting Initiative (GRI), confeccionado conforme os novos padrões da normativa, que entraram em vigor em 01/2023;

Contratação da empresa Carbon Free Brasil em 02/2023 para elaboração do inventário de emissões de gases de efeito estufa (GEE) da Desenvolve SP referente ao ano base de 2022. As emissões foram compensadas utilizando-se de créditos de carbono, em projeto de cunho ambiental e social. Mais informações sobre as emissões e os dados obtidos em cada escopo podem ser consultadas no Relatório de Sustentabilidade 2022;

Celebração da 1ª Semana do Meio Ambiente, de 5 a 7 de junho, quando todos os colaboradores contaram com a palestra “Consumo Consciente e Economia Circular”, focada na reflexão sobre como cada um pode contribuir no seu dia a dia, com ações de consumo consciente, separação de resíduos, entre outros, somando esforços e colaborando para um mundo mais sustentável;

Ainda durante a 1ª Semana do Meio Ambiente, a Desenvolve SP se comprometeu, junto à Rede Brasil – Pacto Global da ONU, a zerar a destinação de seus resíduos para aterro sanitário, até 2030, firmando o engajamento por meio da assinatura da Carta-Compromisso do Movimento Conexão Circular.

8. COOPERAÇÃO TÉCNICA E INSTITUCIONAL

8.1 Implementação de Políticas Públicas

A Desenvolve SP atua de forma transversal em conjunto com o Governo do Estado de São Paulo, participando ativamente de projetos e políticas públicas do governo, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da economia paulista. Atua como instrumento financeiro em diversos programas, como:

- » Programa Vale do Futuro;
- » Programa de Crédito Turístico;
- » Programa de Investimento no Setor de Audiovisual (Proav);
- » Programa Pontal 2030 (Paranapanema);
- » Programa Empreenda Rápido;
- » Programa Frota Nova;
- » Programa Água Limpa;
- » Iluminação Pública;
- » Programa Desenvolve Municípios.

8.2 Cooperação Técnica

Além dos programas governamentais, a Desenvolve SP valoriza as parcerias relevantes com entidades e instituições multilaterais, que apresentaram sinergia com seus planos estratégicos:

Assinatura de Convênio entre a Defesa Civil do Estado com a Desenvolve SP

Em 13 de janeiro, foi assinado o convênio entre a Secretaria Estadual de Proteção e Defesa Civil e a Desenvolve SP. O convênio contempla a liberação de linha de crédito para atender as demandas voltadas à atuação da Defesa Civil dos Municípios. A linha foi disponibilizada para obras de recuperação ou prevenção a riscos, estudos, projetos, todos com foco na resiliência da infraestrutura da cidade. Os municípios contam com recurso da linha Municípios Sustentáveis, que foi ampliada para atender os projetos necessários para a segurança das cidades frente às chuvas, com condições competitivas e facilitadas.

Chuvas no Litoral Paulista

Em fevereiro, as chuvas intensas que atingiram municípios do Litoral Paulista no Carnaval exigiram ações coordenadas e proatividade de toda a administração estadual. Ofertando crédito com taxas especiais, incluindo juro zero para municípios atingidos pelos temporais, a Desenvolve SP destinou R\$ 100,0 milhões ao Turismo em todo o Estado, beneficiando empreendedores dos setores hoteleiro e de serviços que tiveram seus negócios impactados pelas chuvas.

Desenvolve SP e Secretaria de Turismo assinam protocolo para alavancar o setor no Estado

Em 19 de junho, foi assinado protocolo de intenções para promover o crescimento sustentável de negócios voltados à infraestrutura de destinos turísticos do estado. A parceria prevê estratégias que auxiliem empresas e prefeituras no acesso às informações para operações de crédito e financiamento. Entre as ações previstas, destaca-se o cronograma de eventos para orientar, sensibilizar e ampliar a interação com os investidores públicos e privados, colocando à disposição linhas de crédito da Desenvolve SP sob medida para cada modelo de negócio.

Desenvolve SP e Secretaria de Gestão e Governo Digital promovem parceria

A Desenvolve SP promoveu parceria com a Secretaria de Gestão e Governo Digital do Estado para promover transformação digital e tecnológica, visando aperfeiçoar o sistema de gestão e fornecimento dos serviços dentro de uma base tecnológica moderna.



8.3 Relacionamento Institucional

As ações externas realizadas pela Desenvolve SP, destinadas ao Setor Público e Privado, foram acompanhadas pela equipe de assessoria de imprensa, que trabalhou conteúdos relativos a tais demandas junto aos principais veículos formadores de opinião. Além disso, atuou para dar visibilidade à capilaridade das atividades da Desenvolve SP, uma das mensagens-chave mais relevantes da empresa, e ao seu compromisso com os ODS no debate pela sustentabilidade.

Desenvolve SP oferta R\$ 2 bilhões em crédito durante Congresso Estadual de Municípios (CEM)

O 65º CEM foi realizado entre os dias 09 e 11 de maio no Município de Ribeirão Preto. Trata-se de um evento voltado para gestores públicos, destinado à discussão de assuntos relevantes aos Municípios Paulistas. Nesse evento, o Governo de São Paulo disponibilizou, por meio da Desenvolve SP, R\$ 2 bilhões em linhas de crédito para desenvolvimento de projetos de prefeituras e autarquias municipais de todo o estado.

Desenvolve SP participa da Agrishow

A participação da Desenvolve SP na Agrishow, a maior feira agrícola da América Latina, realizada em Ribeirão Preto, expandiu o reconhecimento da agência como facilitadora de crédito em todo o estado. Durante o Congresso Estadual de Municípios, realizado no início de maio, a Desenvolve SP teve a oportunidade de apresentar a mais de uma centena de prefeitos as linhas direcionadas a investimentos em municípios. As rodadas de crédito em diferentes regiões do estado contam com a divulgação em massa por meio das redes sociais locais, que compartilham o conteúdo da Desenvolve SP.

Desenvolve SP lança Linha Mulher, em parceria com a Secretaria de Políticas para Mulher

Em março, mês marcado pelo Dia Internacional da Mulher, o principal anúncio do governo do Estado envolveu a Desenvolve Mulher e a Desenvolve Mulher Sustentável, linhas de crédito elaboradas especificamente para fomentar o empreendedorismo feminino. Além de *releases*, a Desenvolve SP preparou *'cases'* e *'videocases'* aos veículos de imprensa.

A área de negócios do Setor Privado participou de mais de 40 eventos para divulgação das linhas de financiamento da Desenvolve SP, com focos em atendimentos a micro e pequenas empresas, sendo realizados em parceria com o Sebrae, associações e Secretarias de Desenvolvimento.

Em acordo com as diretrizes estabelecidas pela nova gestão da Desenvolve SP, durante o primeiro semestre de 2023, a Superintendência de Comunicação (Sucom) reforçou a produção e distribuição de conteúdos, ampliou as publicações e interações em diversos canais de comunicação - incluindo redes sociais, com a definição de estratégias específicas para divulgação nas redes Instagram e LinkedIn - e dedicou especial atenção ao trabalho de *follow-up* (monitoramento de resultados após o lançamento de uma campanha publicitária ou projeto de comunicação).



Alinhada à estratégia da Secretaria de Comunicação (Secom), a Desenvolve SP passou a atuar de maneira colaborativa e integrativa com secretarias e órgãos do Governo do Estado, promovendo a divulgação propositiva de ações de governo.

O bom relacionamento com a imprensa também rendeu destaques para a Desenvolve SP em veículos de grande circulação.

A atenção às redes sociais ampliou a interação com a DSP, resultando em crescimento superior a 600% comparado ao primeiro semestre de 2022. O estímulo ao redirecionamento para o site, com a divulgação de mais informações e links para a página, impactou significativamente nos mais de 281 mil acessos, sendo 184 mil deles feitos por usuários únicos.

De janeiro a junho, foram 151 *releases* distribuídos, que resultaram em 3.082 matérias publicadas, das quais 352 em veículos impressos, 296 em rádios, 62 em TV e 2.372 em web.

Outra ação viabilizada no primeiro semestre foi o disparo de *e-mails marketing* para a base dedados da própria instituição. A medida proporcionou um total de 21.981 acessos, sendo que 33,6% direcionaram os usuários para o ambiente de “Solicitações Online”, evidenciando que essas ações geraram um volume significativo de acessos e, ainda, atraíram um público qualificado para a Desenvolve SP.

9. DESTAQUES

- » Realizado projeto de consultoria para diagnosticar os principais desafios e identificar as prioridades para melhorar a performance na concessão de crédito e na administração de fundos. O projeto resultou em oito macroprojetos a serem executados a partir do segundo semestre de 2023, que viabilizarão as mudanças transformacionais necessárias a partir de 2024;
- » Lançadas as Linhas de crédito Desenvolve Mulher e Desenvolve Mulher Sustentável, elaboradas pela Desenvolve SP especialmente para atender mulheres empreendedoras;
- » Demais linhas lançadas: Linha Crédito Digital Giro Exportação, Linha Giro Exportação, Linha Agroindústria Investimento e Linha BNDES Exim Pré-Embarque;
- » Maior desembolso de um 1º semestre da história da instituição: R\$ 415,0 milhões;
- » Maior desembolso para o setor público já realizado, no valor de R\$ 141,8 milhões, superando o total desembolsado em 2022, que foi R\$ 140,3 milhões;
- » Maior desembolso para inovação de um 1º semestre: R\$ 30,5 milhões;
- » Maior desembolso para investimentos (Projetos de Investimento + Máquinas e Equipamentos) de um 1º semestre: R\$ 241,0 milhões;
- » No âmbito da carteira de crédito, o setor público possui 19,0% de representatividade, com crescimento de 65,2% em relação ao mesmo período de 2022;
- » Conclusão do desenvolvimento da Calculadora de Carbono, realizado por meio de acordo de cooperação técnica com o BID;
- » Contratação da empresa *Carbon Free Brasil*, que elaborou o inventário de emissões de gases de efeito estufa (GEE);
- » Compromisso da Desenvolve SP, junto à Rede Brasil – Pacto Global da ONU, a zerar a destinação de seus resíduos para aterro sanitário;

- » Desenvolve SP promove Leilão de ICMS;
- » Assinatura de Convênio entre a Defesa Civil do Estado com a Desenvolve SP;
- » Desenvolve SP e Secretaria de Turismo assinam protocolo para alavancar o setor no Estado;
- » Desenvolve SP oferta R\$ 2 bilhões em crédito durante Congresso Estadual de Municípios, para desenvolvimento de projetos de prefeituras e autarquias municipais em todo o estado.

São Paulo, 24 de agosto de 2023.

RICARDO DIAS DE OLIVEIRA BRITO

Diretor Presidente
e Diretor de Negócios e Fomento em exercício

KAREN KEMELY MUSSI MHEREB

Diretora Financeira e de Crédito

GUSTAVO JOSÉ MELO SANTOS

Diretor Administrativo, de Projetos e Processos

ÓRGÃOS COLEGIADOS

Em 24/04/2023, em Assembleia Geral Ordinária, foram eleitos, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2025, 11 Conselheiros de Administração, 10 Conselheiros Fiscais, sendo 05 efetivos e 05 suplentes e 04 novos membros para o Comitê de Auditoria. Os membros eleitos serão empossados após a aprovação da eleição pelo Banco Central do Brasil. Os atuais membros dos colegiados, com exceção do Conselho Fiscal, permanecem nos seus respectivos cargos até a posse dos novos eleitos.

COMPOSIÇÃO EM 30/06/2023

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Jorge Luiz Avila da Silva – *Presidente do Conselho de Administração*

Diego Allan Vieira Domingues

Eduardo Marson Ferreira

Jerônimo Antunes

Lídia Goldenstein

Luiz Márcio de Souza

Roberto Brás Matos Macedo

Ricardo Lorenzini Bastos

Ricardo Dias de Oliveira Brito

Thiago Pinho Mardo

DIRETORIA COLEGIADA

Ricardo Dias de Oliveira Brito – *Diretor Presidente e Diretor de Negócios e Fomento em exercício*

Karen Kemely Mussi Mhereb - *Diretora Financeira e de Crédito*

Gustavo José Melo Santos - *Diretor Administrativo, de Projetos e Processos*

COMITÊ DE AUDITORIA

Jerônimo Antunes – *Presidente*

Francisco Vidal Luna

Izaura Antunes de Sá Finzetto

Walter M. Machado de Barros



FICHA TÉCNICA - 30/06/2023



R\$ 3.156,0 milhões

Capital social



R\$ 3.328,3 milhões

Patrimônio Líquido



R\$ 415,0 milhões

Desembolso em 2023



51

Prefeituras atendidas



R\$ 2.260,6 milhões

Saldo da Carteira de Crédito



17,9%

Índice de Eficiência



9,1%

Índice da Inadimplência



R\$ 113,6 milhões

Lucro Líquido



R\$ 4.759,0 milhões

Ativos Totais



818

Empresas atendidas em 2023



821

Operações novas em 2023



7,0%

ROAE



82,5%

Índice de Qualidade da Carteira (AA-C)



146

Colaboradores

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Acionistas e Administradores da
Desenvolve SP – Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A.
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Examinamos as demonstrações financeiras da **Desenvolve SP – Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. (“Instituição”)**, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Instituição em 30 de junho de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre estas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Conforme mencionado nas Notas Explicativas nºs 3 c(ii) e 6d, e, as demonstrações financeiras incluem provisões para perdas esperadas associadas ao risco de créditos no montante de R\$ 264.011 mil, considerando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, do pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), que considera a classificação das operações de crédito de acordo com seu risco, sendo “AA” para risco mínimo e “H” para risco máximo, conjugados com os percentuais estabelecidos naquela Resolução. Os níveis de risco são determinados pela metodologia interna, que considera premissas e julgamentos da Desenvolve SP, além dos critérios mínimos previstos na Resolução CMN nº 2682/99.

Devido a relevância das operações de crédito, além das incertezas relacionadas ao processo de à estimativa das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, consideramos que este é um assunto significativo de auditoria.

Resposta da auditoria ao assunto

Nós atualizamos o nosso entendimento e testamos os controles internos relevantes, relacionados ao processo de provisão para perdas associadas ao risco de crédito, considerando as metodologias de avaliação e classificação dos níveis de risco das operações e de crédito (de AA à H), as principais premissas utilizadas no cálculo e a exatidão das provisões para perdas registradas, além do entendimento dos procedimentos da Administração relacionados ao tema. Efetuamos o recálculo da provisão e, com base em amostragem, avaliamos a aplicação da Resolução CMN nº 2.682/99 e demais normas do BACEN, bem como sua adequada divulgação nas demonstrações financeiras.

Com base em nossos procedimentos executados, obtivemos evidências de auditoria apropriadas e suficientes de que tanto o processo de estimativa da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, quanto os requerimentos de divulgação são razoáveis e consistentes, no contexto de relevância das demonstrações financeiras.

Ativo fiscal diferido

Conforme as Notas Explicativas nº 3(f) e 14(b), a Instituição mantém registrados ativos fiscais diferidos sobre bases negativas de CSLL e diferenças temporárias de IRPJ, no montante de R\$ 152.481 mil. O reconhecimento dos referidos ativos fiscais diferidos tem por base, estudo técnico da Administração da Instituição com base na projeção de lucros tributários futuros, o que envolve julgamentos e premissas de natureza subjetiva, conforme requisitos específicos constantes na Resolução CMN nº4.842, de 30 de julho de 2020.

Devido à relevância do saldo e sua suscetibilidade a alterações em virtude da utilização de diferentes premissas, na projeção futura de lucro tributário, bem como na alteração dos prazos previstos para a realização do ativo fiscal diferido, com consequente impacto contábil, essa é uma área de estimativa crítica e foi definida como principal assunto de auditoria.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos consideram o entendimento do processo de apuração e registro nos termos das normas fiscais e contábeis para constituição do ativo fiscal diferido, incluindo a aprovação pelos órgãos de governança da Administração. Com o auxílio dos nossos especialistas da área tributária, analisamos as premissas adotadas e efetuamos o recálculo dos ativos fiscais diferidos. Por fim, analisamos a consistência das premissas críticas utilizadas para a projeção dos resultados, bem como avaliamos o atendimento aos requerimentos da Resolução CMN nº4.842/2020, incluindo os de divulgação nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas, consideramos que os critérios e as premissas adotadas pela Administração são aceitáveis, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o “Relatório da Administração”.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrangem o “Relatório da Administração” e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o “Relatório da Administração” e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de maneira relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de maneira relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no “Relatório da Administração”, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 24 de agosto de 2023

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A.

Balço Patrimonial

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota Explicativa			PASSIVO	Nota Explicativa		
		30.06.2023	31.12.2022			30.06.2023	31.12.2022
DISPONIBILIDADES	4	87	100	DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		1.295.360	1.398.045
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		4.715.776	4.954.340	Recursos de Repasse	9a	865.441	932.706
Títulos e Valores Mobiliários	5a e 5b	2.455.188	2.715.166	Empréstimos no Exterior	9b	373.317	410.967
Operações de Crédito	6	2.260.588	2.239.174	Instrumentos Financeiros e Derivativos	5c	14.327	8.652
PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO		(264.011)	(211.850)	Outros Passivos Financeiros	9c	42.275	45.720
Operações de Crédito	6a e 6e	(264.011)	(211.850)	PROVISÕES	16	1.783	1.894
ATIVO FISCAL DIFERIDO	14b	152.481	114.110	OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS	10	71.599	96.133
OUTROS ATIVOS		120.011	48.281	OUTROS PASSIVOS	11	62.042	57.804
Outros Valores e Bens	7a	41.581	41.411				
Outros Créditos	7b	78.430	6.870				
IMOBILIZADO DE USO	8a	33.971	33.849				
INTANGÍVEL	8b	9.870	9.870	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12	3.328.257	3.386.063
DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO		(7.925)	(7.542)	Capital		3.156.476	3.156.476
Imobilizado	8a	(4.572)	(4.348)	Capital De Domiciliados no País		3.156.476	2.156.476
Intangível	8b	(3.353)	(3.194)	Aumento de Capital		-	1.000.000
PROVISÃO PARA REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS	7a	(1.219)	(1.219)	Reservas de lucros		171.781	229.587
TOTAL DO ATIVO		4.759.041	4.939.939	TOTAL DO PASSIVO		4.759.041	4.939.939

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A.

Demonstração de resultado

Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais, exceto pelo resultado líquido por ação)

	Nota	30.06.2023	30.06.2022
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		323.758	246.121
Operações de crédito	6b	186.788	174.691
Resultado de aplicações interfinanceiras, títulos e valores mobiliários e câmbio		150.247	92.081
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	5c	(13.277)	(20.651)
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(149.913)	(107.520)
Operações de empréstimos e repasses	9d	(74.622)	(80.931)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6f	(75.291)	(26.589)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		173.845	138.601
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS E PRINCIPAIS DESPESAS OPERACIONAIS		(16.360)	(8.101)
Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias	13a	36.067	30.180
Despesas de pessoal	13b	(26.128)	(23.722)
Outras despesas administrativas	13c	(21.833)	(17.567)
Despesas tributárias	13d	(15.559)	(10.692)
Outras receitas operacionais	13e	12.034	13.760
Outras despesas operacionais	13f	(941)	(60)
DESPESAS DE PROVISÕES		111	(268)
Trabalhista		(60)	(233)
Outras		171	(35)
RESULTADO OPERACIONAL		157.596	130.232
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		11	9
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO S/ LUCRO E PARTICIPAÇÕES		157.607	130.241
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	14	(42.386)	(34.952)
Imposto de renda e CSLL corrente		(80.702)	(46.700)
Imposto de renda e CSLL diferido		38.316	11.748
PARTICIPAÇÃO NO LUCRO		(1.641)	(1.562)
RESULTADO LÍQUIDO		113.580	93.727
N.º DE AÇÕES		2.728.177.414	1.902.204.132
RESULTADO LÍQUIDO POR AÇÃO		0,04163	0,04927

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	30.06.2023	30.06.2022
Lucro Líquido do semestre	113.580	93.727
Outros Resultados abrangentes	-	-
Resultado Abrangente do semestre	113.580	93.727

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 30 de junho de 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital realizado	Aumento de Capital	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
	Explicativa			Legal	Especial de lucro		Total
Saldos em 01/01/2023		2.156.476	1.000.000	36.000	193.587	-	3.386.063
Aumento de Capital	12a	1.000.000	(1.000.000)	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio exercício anterior	12b	-	-	-	(62.148)	-	(62.148)
Dividendos exercício anterior	12b	-	-	-	(82.263)	-	(82.263)
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	113.580	113.580
Destinações:							
Reservas	12c	-	-	5.680	45.556	(51.236)	-
Dividendo mínimo obrigatório - JCP	12c	-	-	-	-	(26.975)	(26.975)
Juros sobre o capital próprio adicionais propostos	12c	-	-	-	35.369	(35.369)	-
Saldos em 30/06/2023		3.156.476	-	41.680	130.101	-	3.328.257
Mutações do semestre		1.000.000	(1.000.000)	5.680	(63.486)	-	(57.806)
Saldos em 01/01/2022		2.156.476	-	25.866	121.510	-	2.303.852
Juros sobre o capital próprio exercício anterior		-	-	-	(72.334)	-	(72.334)
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	93.727	93.727
Destinações:							
Reservas	12c	-	-	4.686	37.618	(42.304)	-
Dividendo mínimo obrigatório - JCP	12c	-	-	-	-	(22.260)	(22.260)
Juros sobre o capital próprio - Dividendos adicionais propostos	12c	-	-	-	29.163	(29.163)	-
Saldos em 30/06/2022		2.156.476	-	30.552	115.957	-	2.302.985
Mutações do semestre		-	-	4.686	(5.553)	-	(867)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto

Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 30 de junho de 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	30.06.2023	30.06.2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda, contribuição social e participações		157.607	130.241
Ajustes ao lucro antes dos impostos e participações		86.451	26.007
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6a e 6e	75.291	26.589
Depreciação e amortização		384	399
Provisão para desvalorização de títulos livres		10.887	(1.250)
Provisão para passivos contingentes		(111)	269
Lucro ajustado antes dos impostos e participações		244.058	156.248
Varição ativo/passivo		(212.449)	(215.589)
(Aumento)/redução em TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos		98.304	(70.402)
(Aumento)/redução operações de crédito		(44.544)	(64.402)
(Aumento)/redução créditos tributários		(38.371)	(11.806)
(Aumento)/redução outros créditos		(71.559)	(19.629)
(Aumento)/redução outros valores e bens		(170)	37
Aumento/(redução) depósitos e outros instrumento financeiros		2.230	(732)
Aumento/(redução) obrigações por empréstimos e repasses		(104.915)	(11.125)
Aumento/(redução) outras obrigações		51.863	17.076
Imposto de renda e contribuição social pagos		(105.287)	(54.606)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		31.609	(59.341)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado de uso		(123)	-
Aplicações no intangível		-	(1.201)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Juros sobre o capital próprio pagos exercício anterior		(93.398)	(88.538)
Dividendos pagos exercício anterior		(82.263)	-
Juros sobre o capital próprio pagos		(6.626)	(5.992)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		(182.287)	(94.530)
Aumento/(redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa		(150.801)	(155.072)
Modificação na posição de caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	4	205.355	242.544
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	4	54.554	87.472
Aumento/(redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa		(150.801)	(155.072)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Contexto operacional

A Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. ("Instituição") é uma Instituição financeira de capital fechado, com sede na Rua da Consolação, 371, Centro, São Paulo - SP, constituída sob a forma de empresa pública estadual, pela Lei Estadual nº 10.853/2001 e regulamentada pelo Decreto nº 52.142/2007, sendo parte integrante da administração indireta do Estado de São Paulo.

A Instituição iniciou suas atividades operacionais em 11 de março de 2009, após autorização de funcionamento do Banco Central do Brasil, obtida em 11 de fevereiro de 2009.

Constitui objeto da Instituição a promoção do desenvolvimento econômico no Estado de São Paulo, podendo, para tanto, conceber e implantar ações de fomento sob as diferentes modalidades a que alude a Resolução nº 2.828, de 30 de março de 2001, do Conselho Monetário Nacional (CMN), ou outras que venham a substituí-la ou alterá-la, e demais normas que regulam as Agências de Fomento, incluindo o financiamento de capital fixo e de giro associados a projetos produtivos no Estado de São Paulo, através de recursos próprios e repasses de recursos captados no País e no exterior originários de:

- i. Fundos governamentais;
- ii. Orçamento estadual;
- iii. Organismos e Instituições Nacionais e Internacionais de Desenvolvimento.

Também faz parte do objeto social, a prestação de garantias, a prestação de serviços de consultoria e de agente financeiro, bem como a administração de fundos de desenvolvimento, observado o disposto no art. 35, da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

a) Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), advindas da Resolução CMN nº 4.818/20 e da Resolução BCB nº 2/20, com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro (COSIF) e normatizações do Conselho Monetário Nacional.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

b) Uso de julgamento

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e provisões para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas periodicamente.

c) Apresentação das demonstrações

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação, expressa em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico e, quando aplicável, mensuração a valor justo, conforme descrito nas principais práticas contábeis a seguir.

Em de 24 de agosto 2023, o Conselho de Administração aprovou a conclusão das demonstrações financeiras da Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo.

3. Principais práticas contábeis

a) Receitas e despesas

As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência, com exceção das rendas provenientes das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, que serão registradas como receita efetiva, somente na data do seu recebimento.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações em títulos e valores mobiliários de curto prazo, de alta liquidez, com vencimento igual ou inferior a 90 dias entre a data de aquisição e a data de vencimento, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

c) Instrumentos financeiros

i. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Os títulos e valores mobiliários que compõem a carteira própria foram registrados pelo seu custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Os fundos de investimento são registrados pelo valor da cota divulgada pelo Administrador.

As agências de fomento estão dispensadas da aplicação da Circular BACEN nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, a qual estabelece que os títulos e valores mobiliários devam ser classificados dentro das seguintes categorias: títulos para negociação, disponíveis para a venda e mantidos até o vencimento, sendo que para as duas primeiras categorias deve ocorrer o ajuste ao valor de mercado.

De acordo com a Circular BACEN nº 3.082, de 30 de janeiro de 2002, os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento destinados a hedge ou não.

Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos (hedge) podem ser classificados como:

- I - hedge de risco de mercado; e
- II - hedge de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a hedge e os respectivos objetos de hedge são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte:

- (1) para aqueles classificados na categoria I, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do semestre; e
- (2) para aqueles classificados na categoria II, a valorização ou desvalorização da parcela efetiva é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.

ii. Operações de crédito, obrigações por repasse e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

- Operações de crédito e obrigações por repasse

As operações de crédito e as obrigações por repasse estão registradas ao valor do principal, incorporando rendimentos e encargos auferidos até a data do balanço, em razão da fluência dos prazos.

Os rendimentos de operações de crédito com atraso igual ou superior a 60 dias são apropriados somente por ocasião do efetivo recebimento dos valores em atraso.

- Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A classificação das operações de crédito e a constituição das respectivas provisões para perdas são efetuadas observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, e leva em consideração a classificação das operações de crédito em níveis de risco AA - H e os percentuais mínimos esperados de perda definidos pela referida resolução. A definição dos níveis de risco de crédito das operações é efetuada com base em metodologias internas de classificação de risco, incluindo premissas e julgamentos. Anualmente, as classificações das operações de crédito são revisadas.

A Administração adota a premissa da contagem em dobro dos prazos para constituição da provisão por atraso das operações de crédito com prazo superior a 36 meses e que possuam garantias reais, conforme facultado pelo artigo 4º, parágrafo primeiro, da Resolução CMN nº 2.682/1999.

- Renegociações

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, nos termos da Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco. As renegociações de operações de crédito, anteriormente baixadas como prejuízo, são classificadas como nível "H". Os eventuais ganhos provenientes de renegociações somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

d) Outros Valores e Bens

Compostos por ativos não financeiros mantidos para venda, correspondentes a imóveis disponíveis para venda, recebidos em dação de pagamento, registrados pelo menor valor entre o valor bruto do instrumento financeiro de difícil ou duvidosa solução e o valor justo menos despesas de venda; e Despesas Antecipadas, correspondentes a aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros.

e) Imobilizado de uso e Intangível.

O imobilizado de uso e o intangível são registrados ao custo de aquisição líquido das respectivas depreciações e amortizações acumuladas.

A depreciação e a amortização são reconhecidas no resultado pelo método linear, considerando a taxa apresentada na nota explicativa nº 8. Terrenos não são depreciados.

A vida útil e os valores residuais dos bens são reavaliados e ajustados, se necessários, em cada data do balanço ou quando aplicáveis.

f) Tributos correntes e diferidos

Os tributos são apurados, conforme alíquotas a seguir:

Tributo	Alíquota
Imposto de Renda – IRPJ (15% Adicional de 10% ao exceder R\$240/ano)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	20%
Programa de Integração Social – PIS	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN	Até 5%

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida de adicional de 10% sobre o excedente a R\$ 240 mil no ano.

Conforme a legislação tributária, a Instituição optou pelo recolhimento mensal do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido com base na estimativa da receita, a título de antecipação do efetivo pagamento, devido no ajuste anual.

Os créditos e obrigações tributárias diferidas referentes ao imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido são constituídos através das diferenças temporárias, entre o resultado contábil e fiscal. A expectativa de realização destes créditos está demonstrada na nota explicativa nº 14b.

g) Demais ativos e passivos

São demonstrados pelos valores de realização ou de exigibilidade, incluindo rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais incorridos até a datadas demonstrações financeiras, calculados “pro-rata” dia e, quando aplicável, reduzidos para refletir o valor de realização. Os saldos realizáveis ou exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulante, respectivamente.

h) Provisões, ativos e passivos contingentes

A Instituição segue as diretrizes da Resolução nº 3.823/2009, do Conselho Monetário Nacional, a qual aprovou o Pronunciamento Técnico CPC nº 25, sendo os principais critérios:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo;

- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo “contingente” é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas.

i) Redução do valor recuperável de ativos

Anualmente ou quando há evidências que o valor contábil possa não ser recuperável, é realizada a revisão dos valores líquidos dos ativos a fim de avaliar a necessidade de serem constituídas eventuais provisões para desvalorização. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

j) Resultados recorrentes e não recorrentes

A Resolução BCB nº 2, de 27 de novembro de 2020, em seu artigo 34º, determinou a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não recorrente do exercício aquele que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados não recorrentes estão evidenciados na nota explicativa nº 27b.

k) Benefícios a empregados

A Instituição não oferece benefícios de longo prazo a empregados.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	30.06.2023	31.12.2022
Disponibilidades	87	100
Cotas de Fundo de Renda Fixa (nota explicativa nº 5)	54.467	205.255
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	54.554	205.355

5. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

a) Composição da carteira – Títulos e Valores Mobiliários

	30.06.2023			31.12.2022		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	176.368	2.089.588	2.265.956	165.600	2.209.238	2.374.838
Letras do Tesouro Nacional – LTN	-	41.266	41.266	-	22.644	22.644
Cotas de Fundos de Renda Fixa	54.467	-	54.467	205.255	-	205.255
Cotas de Fundos de Investimento em Participações – FIP (Nota explicativa nº 5b)	101.453	-	101.453	110.752	-	110.752
Cotas de Fundos Garantidores de Op. de Crédito	-	8.463	8.463	-	7.208	7.208
(-) Provisões para desvalorizações (Nota explicativa nº 5b)	(16.417)	-	(16.417)	(5.420)	(111)	(5.531)
Total	315.871	2.139.317	2.455.188	476.187	2.238.979	2.715.166

As cotas do Fundo de Renda Fixa, aplicadas no BB FEFI CP AUTOM FIC, Cotas de Fundos de Investimento em Participações, Letras Financeiras do Tesouro e Letras do Tesouro Nacional são custodiadas e administradas pelo Banco do Brasil S.A.

b) Cotas de fundos de investimento em participações

Fundo	30.06.2023				31.12.2022			
	Capital Subscrito	Capital integralizado	Valor contábil	Provisão para desvalorização	Capital subscrito	Capital integralizado	Valor contábil	Provisão para desvalorização
Inovação Paulista	25.000	23.116	50.151	(4.553)	25.000	22.229	50.151	(4.484)
Finhealth (BBI Financeira I)	10.000	9.902	45.706	(10.634)	10.000	10.000	45.706	(704)
CRP Empreendedor	10.000	11	40	-	10.000	414	1.435	-
(Aeroespacial)	15.000	5.556	5.556	(1.232)	15.000	5.667	13.460	(232)
Total	60.000	38.585	101.453	(16.417)	60.000	38.310	110.752	(5.420)

Administradores dos Fundos: Lions Trust Administradora de Recursos Ltda (Inovação Paulista), FinHealth Gestão de Recursos S/A (BBI Financeira I), CRP Companhia de Participações (CRP Empreendedor) e Portcapital Gestora de Recursos Ltda (Aeroespacial).

c) Instrumentos Financeiros Derivativos

A Instituição, visando mitigar os riscos decorrentes das variações cambiais da operação de captação externa (objeto de *hedge*), efetuada junto à International Finance Corporation (IFC), se utiliza de instrumento financeiro derivativo na modalidade *swap* (instrumento de *hedge*), registrado em contas patrimoniais e de compensação.

O vencimento do instrumento derivativo usado nessa modalidade possui mesmo vencimento da operação captada, sendo ambos ajustados ao valor de mercado que é apurado por metodologia interna.

A Desenvolve SP adota a contabilidade de *hedge* ou *hedge accounting*, na categoria de risco de mercado e, conforme determina a Circular BACEN nº 3.082, de 30 de janeiro de 2002, as variações e ajustes decorrentes da valorização destes instrumentos e objetos de *hedge* são registrados em conta de resultado.

A tabela a seguir apresenta os valores lançados em contas patrimoniais e de compensação:

Swap - ativo	30.06.2023		31.12.2022		30.06.2023	30.06.2022
	Valor Referencial (Conta de Compensação)	Valor a (Pagar)/Receber (Conta Patrimonial)	Valor a (Pagar)/Receber (Conta Patrimonial)	Efeito líquido (Conta de Resultado)	Efeito líquido (Conta de Resultado)	
(US\$+Libor ¹ + taxa) x (R\$+%CDI)	158.205	(14.327)	(8.652)	(13.277)	(20.651)	

¹ a partir de 1º de julho de 2023, a Libor foi substituída pela SOFR + 2,87826%.

O vencimento da captação (objeto de *hedge*) e do derivativo (instrumento de *hedge*) estão a seguir demonstrados:

	30.06.2023				31.12.2022	
	0 - 30	31 - 180	180 - 360	Acima de 360	Total	Total
Objeto	-	27.963	25.064	98.153	151.180	156.855
Instrumento	-	(5.707)	(1.303)	(7.317)	(14.327)	(8.652)

A tabela abaixo apresenta o valor da curva e de mercado do objeto e instrumento de *hedge*:

	30.06.2023				31.12.2022		
	Valor referencial	Valor da Curva	Ajuste a Mercado	Valor de Mercado	Valor da Curva	Ajuste a Mercado	Valor de Mercado
Objeto	158.205	149.379	1.901	151.180	159.459	(2.604)	156.855
Instrumento	158.205	(16.228)	1.901	(14.327)	(6.048)	(2.604)	(8.652)

6. Operações de crédito

a) Carteira por mobilidade

	30.06.2023			31.12.2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Empréstimos	333.451	683.045	1.016.496	358.326	724.493	1.082.819
Financiamentos	244.182	671.301	915.483	239.725	693.943	933.668
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento	59.937	268.672	328.609	56.818	165.869	222.687
Total da Carteira de Crédito	637.570	1.623.018	2.260.588	654.869	1.584.305	2.239.174
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(78.686)	(185.325)	(264.011)	(52.646)	(159.204)	(211.850)
Total da Carteira de Crédito Líquido de Provisões	558.884	1.437.693	1.996.577	602.223	1.425.101	2.027.324

b) Receitas da intermediação financeira - Operações de crédito

	30.06.2023	30.06.2022
Empréstimos	88.870	87.028
Financiamentos	79.945	70.684
Financiamento de infraestrutura e desenvolvimento	23.727	14.755
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	3.246	2.224
Total	186.788	174.691

c) Carteira por setor de atividade econômica

	30.06.2023	Participação	31.12.2022	Participação
Setor Público	429.857	19%	322.704	14%
Administração Direto	429.857	19%	322.704	14%
Setor Privado	1.830.731	81%	1.916.470	86%
Outros serviços	1.009.093	45%	1.057.607	48%
Comércio	456.782	20%	444.151	20%
Indústria	357.464	16%	407.280	18%
Rural	7.065	-	6.694	-
Pessoas Físicas	327	-	738	-
Total	2.260.588	100%	2.239.174	100%

d) Carteira por níveis de risco e prazos de vencimento

	Operações em Curso Normal									30.06.2023	31.12.2022
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total da Carteira	Total da Carteira
Parcelas Vincendas	452.782	333.169	411.148	632.739	52.965	24.963	32.148	16.452	59.099	2.015.465	2.089.223
01 a 30	11.600	8.763	13.435	19.854	1.498	954	926	404	592	58.026	86.005
31 a 60	8.986	7.088	11.117	14.898	1.047	813	705	380	813	45.847	45.130
61 a 90	9.446	6.888	10.820	14.207	1.267	801	704	336	795	45.264	44.384
91 a 180	24.081	19.869	32.997	42.208	3.731	2.390	2.108	1.116	2.329	130.829	145.350
181 a 360	44.911	43.737	67.011	89.068	7.773	4.530	4.144	2.469	4.151	267.794	274.101
Acima de 360	353.758	246.824	275.768	452.504	37.649	15.475	23.561	11.747	50.419	1.467.705	1.494.253
Parcelas Vencidas	1	226	909	2.427	246	97	32	149	31	4.118	3.717
01 a 30	1	226	750	1.672	173	88	27	38	28	3.003	2.911
31 a 60	-	-	159	755	73	9	5	111	3	1.115	806
Subtotal	452.783	333.395	412.057	635.166	53.211	25.060	32.180	16.601	59.130	2.019.583	2.092.940

	Operações em Curso Anormal ^(a)									30.06.2023	31.12.2022
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total da Carteira	Total da Carteira
Parcelas Vincendas	-	-	-	28.160	24.196	33.095	22.372	19.831	78.898	206.552	122.385
01 a 30	-	-	-	698	415	534	534	476	1.346	4.003	2.381
31 a 60	-	-	-	370	428	614	691	475	1.338	3.844	2.386
61 a 90	-	-	-	370	453	643	623	476	1.340	3.905	2.497
91 a 180	-	-	-	1.465	1.577	2.098	1.883	1.429	3.963	12.415	8.085
181 a 360	-	-	-	3.563	3.384	4.235	3.748	2.851	9.291	27.072	17.156
Acima de 360	-	-	-	21.694	17.939	24.971	14.965	14.124	61.620	155.313	89.880
Parcelas Vencidas	-	-	-	2.614	3.268	4.886	4.128	3.876	15.681	34.453	23.849
01 a 30	-	-	-	711	860	1.793	1.376	1.765	5.984	12.489	3.155
31 a 60	-	-	-	549	468	585	447	306	1.161	3.516	2.473
61 a 90	-	-	-	1.206	907	646	722	332	1.235	5.048	2.872
91 a 180	-	-	-	148	1.033	1.271	1.101	794	3.535	7.872	7.837
181 a 360	-	-	-	-	-	591	482	679	2.968	4.720	7.055
Acima de 360	-	-	-	-	-	-	-	-	808	808	457
Subtotal	-	-	-	30.774	27.464	37.981	26.500	23.707	94.579	241.005	146.234
Total	452.783	333.395	412.057	665.940	80.675	63.041	58.680	40.308	153.709	2.260.588	2.239.174

^(a) Operações vencidas acima de 59 dias.

e) Constituição das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Nível de Risco	Provisão%	30.06.2023		31.12.2022	
		Valores das Operações	Provisão	Valor das Operações	Provisão
AA	-	452.783	-	406.788	-
A	0,5	333.395	(1.667)	354.269	(1.771)
B	1,0	412.057	(4.121)	462.285	(4.623)
C	3,0	665.940	(19.978)	687.149	(20.614)
D	10,0	80.675	(8.068)	74.468	(7.447)
E	30,0	63.041	(18.912)	58.261	(17.478)
F	50,0	58.680	(29.340)	57.361	(28.681)
G	70,0	40.308	(28.216)	24.525	(17.168)
H	100,0	153.709	(153.709)	114.068	(144.068)
Total		2.260.588	(264.011)	2.239.174	(211.850)

f) Movimentação da provisão para perda esperada e associada ao risco de crédito

	30.06.2023	31.12.2022
Saldo Inicial	211.850	140.599
Créditos baixados para prejuízo	(23.130)	(21.953)
Provisão constituída	75.291	93.204
Saldo Final	264.011	211.850

g) Informações complementares

	30.06.2023	31.12.2022
Créditos renegociados ^(a)	30.427	116.218
Recuperação de créditos baixados para prejuízo	3.246	24.856

^(a) Considera-se renegociação qualquer tipo de acordo que implique alteração nos prazos de vencimento ou nas condições de pagamento originalmente pactuadas.

7. Outros Ativos

a) Outros Valores e Bens

	Custo	Provisão para Redução ao Valor Recuperável de Ativos	Custo Líquido de Provisão	
			30.06.2023	31.12.2022
Ativos não financeiros mantidos para venda – Imóveis recebidos	41.254	(1.219)	40.135	40.135
Despesas antecipadas	227	-	227	57
Total	41.581	(1.219)	40.362	40.192

b) Outros Créditos

	30.06.2023			31.12.2022		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Títulos e créditos a receber ^(a)	71.400	-	71.400	-	-	-
Rendas a receber	4.365	-	4.365	4.495	-	4.895
Devedores diversos - País	974	-	974	1.009	-	1.009
Adiantamentos e antecipações salariais	996	-	996	243	-	243
Devedores pro compra de valores e bens	30	98	128	32	118	150
Outros	567	-	567	588	-	588
Total	78.332	98	78.430	6.767	118	6.885

^(a) Referem-se a créditos de ICMS recebidos em quitação de operações de crédito, cuja liquidação financeira ocorreu em 21/07/2023 por R\$ 66.629.

8. Imobilizado e Intangível

a) Imobilizado de Uso

	Taxa de Depreciação	Custo	Depreciação	Custo Líquido de Depreciação	
				30/06/2023	31/12/2022
Imóveis de Uso:					
- Terrenos	-	11.600	-	11.600	11.600
- Edificações	1,67%	20.161	(2.886)	17.277	17.437
Outras Imobilizações de Uso:					
Móveis e Equipamentos	3,33% a 20%	1.649	(1.268)	381	348
Sistema de Processamento de Dados	20%	182	(120)	62	23
Sistema de Comunicação	6,67% a 20%	252	(187)	65	75
Instalações	10%	127	(113)	14	18
Total em 30/06/2023		33.971	(4.572)	29.399	-
Total em 31/12/2022		33.849	(4.348)	-	29.501

b) Intangível

	Custo	Amortização	Custo Líquido de Amortização	
			30.06.2023	31.12.2022
Outros Ativos Intangíveis:				
Software – adquiridos	5.444	(3.353)	2.091	2.250
Software – gerados internamente em andamento	4.426	-	4.426	4.426
Total em 30/06/2023	9.870	(3.353)	6.517	-
Total em 31/12/2022	9.870	(3.194)	-	6.676

9. Depósitos e demais instrumentos financeiros

a) Obrigações por repasses do País - Instituições oficiais

	30.06.2023				31.12.2022			
	0 - 30	31 - 180	181 - 360	Acima de 360	Total	%	Total	%
BNDES	13.819	68.029	82.228	310.440	474.516	54,83	498.383	53,44
FUNGETUR	10.758	45.683	54.326	167.338	278.105	32,14	336.343	36,06
FINEP	2.190	10.049	12.194	74.854	99.287	11,47	80.899	8,67
FINAME	508	2.688	2.931	7.406	13.533	1,56	17.081	1,83
Total	27.275	126.449	151.679	560.038	865.441	100,00	932.706	100,00

b) Empréstimos no exterior

Tranche	Data da Liberação	Vencimento Final	Taxa de Juros	Valor liberado	Circulante	Não circulante	30.06.2023	31.12.2022
							Total	Total
CAF-1	12/08/2020	12/08/2026	CDI+2,84%	109.912	29.545	61.062	90.607	103.744
CAF-2	11/09/2020	11/09/2026	CDI+2,74%	84.022	21.798	46.679	68.477	78.307
CAF-3	28/09/2020	28/09/2026	CDI+2,82%	77.876	19.789	43.264	63.053	72.061
IFC -1	14/05/2021	16/03/2026	Libor ¹ 6M+ 2,45%	158.205	53.027	98.153	151.180	156.855
Total				430.015	124.159	249.158	373.317	410.967

¹ a partir de 1º de Julho de 2023, a taxa de juros passou a ser SOFR+2,87826%. O instrumento de *hedge* também foi ajustado (vide Nota Explicativa 5 c).

O financiamento contratado com a Corporação Andina de Fomento (CAF), no montante total de US\$ 50 milhões, possui prazo de vencimento de 6 anos e foi liberado em tranches de diferentes valores. Foi realizado *swap offshore* e, portanto, o recurso foi internalizado em Reais.

O financiamento contratado com a International Finance Corporation (IFC), teve tranche única, no montante de US\$ 30 milhões, com prazo de vencimento de 5 anos. Foi contratado *hedge*, conforme detalhado na nota explicativa nº 5c para a referida captação.

c) Outros passivos financeiros

	30.06.2023			31.12.2022		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Recursos para Destinação Específica ^(a)						
FUNGETUR – Fundo Geral de Turismo	1.381	-	1.381	3.322	-	3.322
Programa Água Limpa	3.401	21.574	24.975	3.164	21.607	24.771
Programa Frota Nova Município	1.189	8.491	9.680	1.368	8.378	9.746
Programa Desenvolve Municípios	3.342	1.254	4.596	27	6.042	6.069
Programa Incentivo ao Investimento Esportivo	234	1.166	1.400	366	1.111	1.477
Programa Renova SP	2	173	175	-	268	266
Subtotal	9.549	32.658	42.207	8.247	37.406	45.653
Depósitos vinculados	68	-	68	67	-	67
Total	9.617	32.658	42.275	8.314	37.406	45.720

^(a) Referem-se a recursos do FUNGETUR para a concessão de operações de crédito, ainda não desembolsados aos clientes, e recursos transferidos pelo Governo do Estado de São Paulo para a Desenvolve SP para subsidiar os juros de parcelas adimplentes de operações de crédito dos respectivos Programas de financiamento.

d) Despesas com empréstimos e repasses

	30.06.2023	30.06.2022
Despesas com repasses do BNDES	28.701	32.686
Despesas com repasses do FUNGETUR	12.647	21.481
Despesas com repasses do FINEP	2.033	1.795
Despesas com repasses do FINAME	770	785
Despesas com repasses de outras instituições do país	2.703	2.538
Despesas com repasses do exterior	27.768	21.646
Total	74.622	80.931

10. Obrigações fiscais correntes e diferidas

	30.06.2023			31.12.2022		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Imposto de Renda	34.159	-	34.159	45.532	-	45.532
Contribuição Social	29.402	-	29.402	42.613	-	42.613
Impostos e contribuições sobre salários	2.900	128	3.028	2.981	115	3.096
COFINS	2.140	-	2.140	2.049	-	2.049
Impostos e contribuições deferidos	-	2.170	2.170	-	2.116	2.116
PIS	348	-	348	333	-	333
Outros	352	-	352	394	-	394
Total	69.301	2.298	71.599	93.902	2.231	96.133

11. Outros Passivos

	30.06.2023			31.12.2022		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Sociais e estatutárias (a)	21.990	-	21.990	34.043	-	34.043
Outras Obrigações (b)	39.595	457	40.052	23.349	412	23.761
Total	61.585	457	62.042	57.392	412	57.804

a) Sociais e estatutárias

	30.06.2023		31.12.2022	
	Circulante	Total	Circulante	Total
Juros sobre o capital próprio	20.349	20.349	31.250	31.250
Participação nos lucros	1.641	1.641	2.793	2.793
Total	21.990	21.990	34.043	34.043

b) Outras Obrigações

	30.06.2023			31.12.2022		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Provisões para despesas administrativas	4.827	-	4.827	3.831	-	3.831
Provisões para despesas de pessoal	4.531	457	4.988	3.411	-	3.823
Fornecedores	3.485	-	3.485	3.140	-	3.140
Credores por créditos a realizar ^(a)	11.100	-	11.100	-	-	-
Adiantamentos por Fundos Garantidores de Operações	12.388	-	12.288	11.323	-	11.323
Credores diversos	3.086	-	3.086	1.223	-	1.223
Cobrança e arrecadação de tributos	278	-	278	421	-	421
Total	39.595	457	40.052	23.249	412	23.761

^(a) Referem-se à diferença entre o valor dos créditos de ICMS, recebidos em quitação de operações de crédito, e o valor contábil das respectivas operações, o qual foi ressarcido aos clientes por ocasião da venda dos créditos, em 21/07/2023.

12. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 20 de janeiro de 2023 o Banco Central do Brasil aprovou o aporte de capital no montante de R\$ 1.000.000 (Hum bilhão de Reais).

O capital social de R\$ 3.156.476 está representado por 2.728.177.414 de ações ordinárias de classe única, todas nominativas e sem valor nominal.

b) Reserva de lucros

b.1) Reserva legal

A reserva legal é constituída por 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social. No semestre findo em 30 de junho de 2023, foram destinados para essa reserva o montante de R\$ 5.680 (R\$ 4.686 em junho de 2022).

b.2) Reserva especial de lucro

A Reservas Especial de Lucros é constituída pela apropriação dos lucros não distribuídos da Instituição, sendo sua constituição efetivada por proposta dos órgãos da administração. Inclui também os Juros sobre o capital próprio, dividendos adicionais propostos, com destinação a ser definida em Assembleia, no valor de R\$ 80.925 em 30 de junho de 2023 (R\$ 66.781 em junho de 2022).

No semestre findo em 30 de junho de 2023, foram pagos juros sobre o capital próprio adicionais no valor de R\$ 62.148 e dividendos adicionais no valor de R\$ 82.263 referentes ao exercício de 2022.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Conforme disposto no artigo 46 do Estatuto Social da Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A., as ações ordinárias terão direito ao dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, após deduções determinadas ou admitidas em lei, podendo ser pago sob a forma de juros sobre o capital próprio.

	30.06.2023	30.06.2022
Lucro líquido	113.580	93.727
(-) Reserva Legal	(5.680)	(4.686)
Base de Cálculo Ajustada	107.900	89.041
Dividendo mínimo obrigatório – JCP	26.975	22.260
JCP – adicionais propostos	35.369	29.163
Reserva de lucros	45.556	37.618

d) Lucro por ação

	30.06.2023	30.06.2022
Lucro líquido do período	113.580	93.727
Números de Ações	2.728.177.414	1.902.204.132
Lucros por ação (R\$)	0,04163	0,04927

13. Desdobramento das contas de resultado

a) Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias

	30.06.2023	30.06.2022
Receitas de prestação de serviços	26.734	20.559
Rendas de tarifas bancárias	9.333	9.621
Total	36.067	30.180

b) Despesas de pessoal

	30.06.2023	30.06.2022
Proventos	(14.659)	(13.587)
Encargos sociais	(5.256)	(4.876)
Benefícios	(4.202)	(3.636)
Honorários de diretores e conselheiros	(1.626)	(1.369)
Treinamento	(133)	(153)
Estagiários	(252)	(101)
Total	(26.128)	(23.722)

c) Outras despesas administrativas

	30.06.2023	30.06.2022
Processamentos de dados ^(a)	(8.139)	(5.370)
Serviços técnicos especializados ^(b)	(6.271)	(3.521)
Outras (legais e judiciais, copa, cozinhas, limpeza, etc) ^(c)	(3.098)	(1.534)
Patrocínios e relações públicas ^(d)	(837)	(1.076)
Manutenção e conservação de bens	(744)	(686)
Serviços de terceiros	(446)	(1.399)
Serviços do sistema financeiro ^(e)	(395)	(1.592)
Transporte	(363)	(372)
Materiais de Escritório	(278)	(86)
Depreciação	(225)	(240)
Publicações	(217)	(130)
Amortização	(159)	(159)
Vigilância e segurança	(156)	(137)
Comunicações	(155)	(106)
Viagem no país	(152)	(111)
Água, energia e gás	(129)	(108)
Seguros	(41)	(38)
Propaganda e publicidade ^(d)	(28)	(833)
Viagem ao exterior	-	(69)
Total	(21.833)	(17.567)

^(a) Aumento com as equipes de apoio aos sistemas legados (Sinqia e Prodesp) R\$ 4.379 (R\$ 2.518 em junho de 2022).

^(b) Aumento com honorários advocatícios R\$ 2.354 (R\$ 343 em junho de 2022).

^(c) Aumento com despesas custas legais e judiciais R\$ 2.506 (R\$ 896 em junho de 2022).

^(d) As despesas com publicidade e patrocínio estão em conformidade com o limite previsto no artigo 93, da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

^(e) Contempla o montante de R\$ 39 (R\$ 1.288 em junho de 2022), relativo ao pagamento de tarifas associadas a captação de recursos junto a International Finance Corporation (IFC).

d) Despesas tributárias

	30.06.2023	30.06.2022
COFINS	(12.235)	(8.280)
PIS	(1.988)	(1.345)
ISSQN	(1.034)	(921)
IPTU	(281)	(139)
Outras	(21)	(7)
Total	(15.559)	(10.692)

e) Outras receitas operacionais

	30.06.2023	30.06.2022
Varição Cambial s/empréstimo no exterior	10.779	10.700
Valor de mercado s/empréstimo no exterior	-	1.565
Recuperação de Despesas	735	1.266
Reversão Despesas Administrativas	397	135
Laudos de avaliação de bens	102	88
Outras	21	6
Total	12.034	13.760

f) Outras despesas operacionais

	30.06.2023	30.06.2022
Atualização IRPJ	(432)	-
Atualização CSLL	(411)	-
Despesas com operações de crédito	(42)	(34)
Varição cambial s/depósitos no exterior	(6)	(15)
Outras	(51)	(11)
Total	(942)	(60)

14. Imposto de renda e contribuição social

a) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social corrente diferido

	30.06.2023		30.06.2022	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	157.607	157.607	130.241	130.241
Participação dos empregados	(1.641)	(1.641)	(1.562)	(1.562)
Resultado após a participação dos empregados	155.966	155.966	128.679	128.679
Alíquotas vigentes	25%	20%	25%	20%
Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas vigentes	(38.991)	(31.193)	(32.170)	(25.736)
Adições	(26.539)	(21.151)	(9.149)	(7.255)
Exclusões	5.059	4.037	2.431	1.935
Incentivos Fiscais	21	-	34	-
Prorrogação de licença maternidade	-	-	69	-
Juros sobre capital próprio	15.586	12.469	12.856	10.285
Imposto de Renda e CSLL corrente	(44.864)	(35.838)	(25.929)	(20.771)
Ativo Fiscal Diferido Líquido	21.317	17.054	6.559	5.247
Passivo Fiscal Diferido Líquido	(30)	(25)	(32)	(26)
Imposto de Renda e CSLL diferido	21.287	17.029	6.507	5.221
Imposto de Renda e Contribuição Social do Período	(23.577)	(18.809)	(19.402)	(15.550)

b) Créditos e Obrigações Tributárias Diferidas

Os créditos e obrigações tributárias diferidas referentes ao Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, foram constituídos sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e fiscal, aplicando-se alíquota de 45%, conforme apresentado a seguir:

Diferenças Temporárias	Saldo em 31.12.2022	Baixa	Constituição	Saldo em 30.06.2023
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	102.260	(3.741)	33.881	132.400
Rendas de atraso	5.494	(1.606)	6.488	10.376
Provisões para desvalorização de BNDU	548	-	-	548
Provisões para desvalorização de títulos livres	2.489	(50)	4.949	7.388
Provisões para passivos contingentes	854	(106)	56	804
Provisões para despesas administrativas	2.458	(1.499)	-	959
Provisões para outros créditos	7	(1)	-	6
Total dos créditos tributários diferidos	114.110	(7.003)	45.374	152.481
Diferença entre as depreciações contábil fiscal	(2.116)	-	(54)	(2.170)
Total das obrigações tributárias diferidas	(2.116)	-	(54)	(2.170)

A expectativa de realização dos créditos foi baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico, examinado pelo Conselho Fiscal e aprovado pelos Órgãos da Administração, de acordo com a Resolução CMN nº 4.842, de 30 de julho 2020, conforme demonstrado a seguir:

	2023	2024	2025	2026	2027	Acima de 2027	Total
Valor nominal	20.316	77.293	24.663	7.194	5.203	17.812	152.481
Valor presente	18.139	63.024	18.449	4.949	3.291	8.562	116.414

O valor presente dos créditos tributários foi obtido descontando-se os valores futuros pela expectativa da taxa SELIC do período.

Neste semestre, não foram gerados créditos tributários não ativados.

15. Transações com partes relacionadas

A Instituição tem como acionista majoritário o Estado de São Paulo, com 99,998% das ações.

As transações com partes relacionadas são efetuadas em conformidade com a Resolução CMN nº 4.693, de 29 de outubro de 2018, e com normativo da instituição que dispõe sobre essa matéria.

No semestre, foram realizadas as seguintes transações com partes relacionadas:

COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - PRODESP - A empresa foi contratada para prestação de serviços de consultoria, desenvolvimento e manutenção de sistemas em plataforma WEB e BI. No primeiro semestre de 2022, foram registrados no ativo intangível o valor de R\$ 1.200 referente ao desenvolvimento do sistema GFESP - Gestão de Fundos do Estado de São Paulo. Outros serviços referentes à hospedagem de servidores externos e comunicação de dados foram levados à despesa no valor de R\$ 2.120 (R\$ 1.902 em 2022), serviços de plataforma de colaboração e produtividade R\$ 86 (R\$ 504 em 2022), serviços de publicidade legal de todos os atos de interesse da Instituição R\$ 85 (R\$ 45 em 2022), serviços de consultoria, desenvolvimento e manutenção de sistemas em plataforma WEB e portal corporativo R\$2.171 (R\$ 831 em 2022) e serviços de locação de *notebooks* com fornecimento de *software*, peças de reposição e instalação, incluindo os serviços de teleatendimento técnico em manutenção "on site" R\$ 525 (R\$ 117 em 2022).

AGÊNCIA PAULISTA DE PROMOÇÃO DE INVESTIMENTOS E COMPETITIVIDADE – INVEST SÃO PAULO – A empresa foi contratada para prestação de serviços de consultoria referente ao desenvolvimento de projetos e oportunidade de negócios. No primeiro semestre de 2022, as despesas totalizaram R\$ 1.001.

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. – IPT – A empresa foi contratada para prestação de serviços técnicos de avaliação e acompanhamento de projetos de inovação tecnológica. No primeiro semestre de 2023, as despesas totalizaram R\$ 171 (R\$ 37 em 2022).

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS – SEADE – A empresa foi contratada para prestação de serviços técnicos especializados associados à atualização do estudo de identificação de setores estratégicos no Estado de São Paulo. No primeiro semestre de 2023, as despesas totalizaram R\$ 42.

INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL - IAMSPE – Coparticipação de despesas médicas. No primeiro semestre de 2023, as despesas totalizaram R\$ 91 (R\$ 19 em 2022).

	Desenvolve SP					
	31.03.2023					
	Prodesp	Invest SP	IPT	SEADE	IAMSPE	Total
Ativo						
Intangível						-
De 01.01 a 31.03.2023						
Resultado						
Serv. Consultoria, Desenvolvimento e Manutenção de sistemas em plataforma WEB e portal corporativo	(2.171)					(2.171)
Serv. Hospedagem servidor externo	(2.120)					(2.120)
Serv. Locação de Notebooks e fornecimento de Software	(525)					(525)
Serv. Plataforma de colaboração e produtividade	(86)					(86)
Serv. Publicidade Legal	(85)					(85)
Consultoria desenvolvimento de projetos e oportunidade de negócios						-
Serv. Técnico Especializado de avaliação e acompanhamento de projetos e inovação			(171)			(171)
Serv. Técnico especializado associados à atualização do estudo de identificação de setores estratégicos				(42)		(42)
Coparticipação de despesas médicas					(91)	(91)

	Desenvolve SP					
	31.03.2022					
	Prodesp	Invest SP	IPT	SEADE	IAMSPE	Total
Ativo						
Intangível	1.200					1.200
De 01.01 a 31.03.2022						
Resultado						
Serv. Consultoria, Desenvolvimento e Manutenção de sistemas em plataforma WEB e portal corporativo	(831)					(831)
Serv. Hospedagem servidor externo	(1.902)					(1.902)
Serv. Locação de Notebooks e fornecimento de Software	(117)					(117)
Serv. Plataforma de colaboração e produtividade	(504)					(504)
Serv. Publicidade Legal	(45)					(45)
Consultoria desenvolvimento de projetos e oportunidade de negócios		(1.001)				(1.001)
Serv. Técnico Especializado de avaliação e acompanhamento de projetos e inovação			(37)			(37)
Serv. Técnico especializado associados à atualização do estudo de identificação de setores estratégicos						-
Coparticipação de despesas médicas					(19)	(19)

Os custos com o pessoal-chave da Instituição, formado pelos Superintendentes, Conselho de Administração, Diretoria, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria foram:

	30.06.2023	30.06.2022
Benefícios de Curto Prazo	6.847	6.855
Superintendentes	4.949	5.2267
Diretoria ^(a)	710	735
Conselho de Administração ^(a)	589	403
Comitê de Auditoria	474	336
Conselho Fiscal	125	114
Outros Benefícios de Longo Prazo	152	134
Diretoria ^(a)	152	134
Total	6.999	6.989

^(a) Os valores relativos à remuneração dos administradores seguem as premissas e diretrizes constantes na Política de Remuneração de Administradores da Instituição.

16. Contingências

Conforme CPC25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, as ações com os riscos avaliados em provável foram provisionadas, conforme abaixo:

Natureza	31.12.2022	Baixa	Constituição	30.06.2023
Trabalhista	973	(25)	85	1.033
Cível	921	(206)	35	750
Total	1.894	(231)	120	1.783

Não são reconhecidos contabilmente os montantes envolvidos em ações classificadas com risco de perda possível, cujos valores totais estimados são:

Natureza	31.06.2023	30.06.2022
Trabalhista	415	1.103
Cível	1.076	1.038
Total	1.491	2.141

A Instituição não possui contingências ativas que requeiram divulgação em notas explicativas.

17. Segmentação do Sistema Financeiro Nacional (SFN)

A Resolução nº 4.553, de 30 de janeiro de 2017, do Conselho Monetário Nacional (CMN), estabeleceu a segmentação do conjunto das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), para fins de aplicação proporcional da regulação prudencial.

Desta forma, a aplicação proporcional da regulação prudencial deve considerar o segmento em que a instituição está enquadrada e o seu perfil de risco.

Para o enquadramento das instituições em cada segmento, foram considerados o porte e a atuação internacional de cada uma.

A Instituição está enquadrada no Segmento 4 (S4), por possuir porte inferior a 0,1% (um décimo por cento) do Produto Interno Bruto (PIB).

18. Declaração de Appetite por Riscos (RAS)

A alta administração aprovou a RAS da instituição, que descreve os riscos relevantes incorridos pela Desenvolve SP e os níveis de apetite por esses riscos.

19. Integração entre os riscos

A integração se dá entre os riscos relevantes (riscos de crédito, operacional, de liquidez e socioambiental).

A partir de janeiro de 2022, o risco de variação das taxas de juros para os instrumentos classificados na carteira bancária, representado pelo IRRBB, passou a ser considerado, também, como um risco relevante. Esse risco é calculado segundo metodologia disposta pelo Bacen.

20. Estrutura de Gerenciamento de Riscos e de Capital

O Relatório de Pilar 3 - Descrição da Estrutura de Gerenciamento Contínuo e Integrado de Riscos e Gerenciamento Contínuo de Capital está disponível no endereço <https://www.desenvolvesp.com.br/institucional/governanca-corporativa/gestao-de-riscos/>, no site da instituição.

a) Estrutura Organizacional

O gerenciamento contínuo e integrado de riscos e o gerenciamento contínuo de capital é realizado pela Superintendência de Controle de Riscos, *Compliance* e Normas (Suric), por meio da Gerência de Controle de Riscos (Geric.1).

A Suric é uma unidade independente, ligada diretamente à Presidência.

b) Estrutura de Sistemas

O sistema interno abrange todas as fontes relevantes e consistentes de riscos e possibilita a identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos riscos considerados relevantes e não relevantes, conforme definidos na RAS, a fim de manter o capital compatível com esses riscos.

c) Validação de Sistemas

Mensalmente, são realizados testes de avaliação e validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos utilizados para o gerenciamento de riscos.

21. Políticas de Gerenciamento de Riscos e de Capital

O Manual de Gerenciamento Contínuo e Integrado de Riscos e Gerenciamento Contínuo de Capital é revisado no mínimo anualmente e submetido para aprovação da Diretoria Colegiada e do Conselho de Administração.

Esse Manual contém a RAS, as Políticas de Gerenciamento de Riscos e de Capital, o Programa de Testes de Estresse e a Política de Divulgação de Informações relativas ao gerenciamento de riscos e de capital.

a) Risco de Crédito

A gestão do crédito é definida como sendo a implementação e administração dos princípios de crédito, e está segregada da seguinte forma:

- A Superintendência de Crédito (Sucre) é a unidade responsável pela implementação dos procedimentos da Política de Crédito da instituição.
- Superintendência Jurídica (Sujur): por meio da Gerência de Cobrança e Recuperação (Gejur.2), é responsável pelos procedimentos de cobrança e recuperação de créditos, inclusive dos créditos baixados em prejuízo, e pelos procedimentos para documentação e armazenamento de informações referentes às perdas associadas ao risco de crédito, inclusive aquelas relacionadas à recuperação de crédito.
- A Superintendência de Suporte ao Negócio (Susup), por meio da Gerência de Suporte à Operação (Gesup.2), efetua a avaliação periódica do grau de suficiência das garantias de recebíveis.

A gestão do risco de crédito envolve a modelagem estatística dos dados históricos da carteira de crédito da instituição e do mercado de crédito brasileiro para pessoas jurídicas, para cálculo de projeções futuras e validação dos sistemas, a fim de verificar a aderência dos processos de gestão do crédito.

A gestão do risco de crédito está a cargo da Suric.

O valor referente à alocação de capital para o risco de crédito corresponde ao valor da parcela RWA_{CPAD} , calculada em consonância com a regulamentação em vigor.

b) Risco Operacional

A metodologia utilizada para o mapeamento, avaliação, monitoramento, controle e mitigação do risco operacional é a descrita na Política de Conformidade e Controles Internos, aprovada pela Diretoria Colegiada e pelo Conselho de Administração da instituição.

O valor referente à alocação de capital para o risco operacional é apurado por meio do cálculo da parcela RWA_{OPAD} , conforme metodologia determinada pelo Bacen.

A metodologia utilizada é a da Abordagem do Indicador Básico.

c) Risco de Liquidez

A Desenvolve SP realiza os procedimentos para o controle de liquidez diariamente.

O Plano de Contingência de Liquidez foi aprovado pela Diretoria Colegiada e pelo Conselho de Administração e faz parte da Política de Gerenciamento do Risco de Liquidez.

d) Risco Socioambiental

A Política de Gerenciamento dos Riscos Social, Ambiental e Climático (PGRSAC) estabelece critérios, do ponto de vista socioambiental e climático, para concessão de crédito, avaliação de garantias e contratações administrativas.

O Sistema de Administração de Riscos Ambientais, Sociais e Climáticos (Sarasc) da Desenvolve SP consiste em uma série de procedimentos que deverão ser inseridos nas rotinas de cadastro, concessão de crédito, contratações administrativas, avaliação de garantias e renegociações.

e) Risco de Mercado

A estrutura de gerenciamento do risco de mercado prevê sistemas que consideram todas as fontes significativas desse risco e utilizam dados confiáveis de mercado, tanto internos quanto externos.

Considerando que: (i) a carteira da instituição é composta pelas operações de crédito e pelos recursos da tesouraria e, além disso, que essa carteira é bancária, isto é, não classificada na carteira de negociação; (ii) o Bacen impôs às instituições enquadradas no S4 a adoção de metodologia de cálculo para o IRRBB, a partir de janeiro de 2022; (iii) o valor do IRRBB é obtido por meio de choques (metodologia padronizada) à carteira da instituição, resultando em valores que aumentam à medida que aumenta a carteira da instituição; passamos a considerar o IRRBB como um risco relevante.

O IRRBB não engloba o Montante dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA). No entanto, reduz a margem para alavancagem da instituição. Deve, portanto, ser apurado de forma complementar às necessidades de capital e controlado em função da margem de alavancagem da instituição.

Em suma, esse risco é gerenciado, monitorado e reportado à alta administração, a fim de estimar PR compatível com os riscos assumidos pela instituição.

f) Gerenciamento de Capital

A estrutura de gerenciamento de capital possibilita a avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita.

A Diretoria Colegiada e o Conselho de Administração aprovaram o Plano de Capital, que é consistente com o Planejamento Estratégico da Instituição, e o Plano de Contingência de Capital.

São projetados, para o período de três anos, todos os índices de capital, de forma a possibilitar a avaliação da adequação de capital futura.

22. Políticas de Divulgação de Informações do Relatório de Pilar 3

A Instituição divulga, anualmente, relatório denominado Relatório de Pilar 3 - Descrição da Estrutura de Gerenciamento Contínuo e Integrado de Riscos e Gerenciamento Contínuo de Capital.

A responsabilidade pela divulgação do Relatório de Pilar 3 é do Diretor Presidente, responsável pelo gerenciamento de riscos e de capital da instituição.

A tabela a ser disponibilizada é a OVA - Visão geral do gerenciamento de riscos da instituição, em formato flexível, conforme norma do Bacen.

A responsabilidade pela produção das informações é da Suric.

23. Programa de Testes de Estresse

O Programa de Testes de Estresse abrange os riscos relevantes, conforme definido na RAS da instituição.

24. Relatórios

A Diretoria Colegiada e o Conselho de Administração recebem, mensalmente, relatórios gerenciais versando sobre o gerenciamento de riscos e de capital.

Além disso, trimestralmente ou tempestivamente, caso seja necessário, é apresentado a esses órgãos o Relatório de Gestão de Riscos e de Capital.

25. Limites Operacionais

As Resoluções nº 4.955 e 4.958, de 21 de outubro de 2021, do Conselho Monetário Nacional, norteiam os cálculos para o requerimento de capital compatível com o risco das atividades desenvolvidas pelas instituições financeiras.

No âmbito de Basileia III, foram definidas regras para garantir a compatibilidade do capital da instituição com os riscos de mercado, crédito, liquidez e operacional.

Na Desenvolve SP, o cálculo das parcelas referentes ao requerimento de capital para suportar esses riscos é efetuado com base nos modelos padronizados, divulgados pelo Bacen.

Importante observar que a Desenvolve SP destaca valor de seu PR para operações de crédito com o setor público. Esse valor, somado ao excesso de recursos aplicados no ativo permanente, é descontado de seu Patrimônio de Referência, para o cálculo dos índices de adequação de capital. Esse PR usado para o cálculo dos índices de adequação de capital é o PRRWA (Patrimônio de Referência para o Limite de Basileia).

O PR da instituição é constituído somente pelo Capital de Nível I, que, por sua vez, é constituído somente pelo Capital Principal.

Nesse sentido, a Desenvolve SP encontra-se devidamente enquadrada nos limites operacionais estabelecidos pela regulamentação vigente, conforme espelha o quadro abaixo:

ADEQUAÇÃO DE CAPITAL	VALORES EM R\$ MIL	
	DEZ/2022	JUN/2023
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (PR)	2.376.783	3.323.640
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA PARA O LIMITE DE BASILEIA (PR_{RWA})	2.026.783	2.973.640
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA PARA LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO	2.026.873	2.973.640
EXCESSO DE RECURSOS APLICADOS NO ATIVO PERMANENTE	0	0
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL I (PR_I)	2.376.783	3.323.640
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL II (PR_{II})	0	0
CAPITAL PRINCIPAL	2.376.783	3.323.640
DESTAQUE DE CAPITAL PARA OPERAÇÕES COM SETOR PÚBLICO	350.000	350.000
SITUAÇÃO PARA O LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO	29.501	29.399
PARCELA RWA _{CPDA} – parcela referente ao risco de crédito – abordagem padronizada	2.317.789	2.443.193
PARCELA RWA _{MPDA} – parcela referente ao risco de mercado – abordagem padronizada	216	182
PARCELA RWA _{OPDA} – parcela referente ao risco operacional – abordagem padronizada	447.967	562.884
IRRBB – Risco de variação das taxas de juros em instrumentos classificados na carteira bancária	102.507	122.725
RWA – ATIVOS PONDERADOS PELO RISCO (RWA_{CPAD} + RWA_{MPAD} + RWA_{OPAD})	2.765.971	3.006.256
MARGEM OU INSUFICIÊNCIA DO LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO	983.891	1.457.421
ADICIONAL DE CAPITAL PRINCIPAL (ACP): 2,5% a partir de 01/04/2022	69.149	75.156
MARGEM SOBRE O PR, CONSIDERANDO IRRBB E ACP	1.633.849	2.535.259
ÍNDICE DE BASILEIA (Mínimo Bacen 0 10,5%, considerando ACP)	73,28%	98,92%
ÍNDICE DE NÍVEL (mínimo = 6%)	73,28%	98,92%
ÍNDICE DE CAPITAL PRINCIPAL (mínimo = 4,5%)	73,28%	98,92%

26. Análise de Sensibilidade

A Desenvolve SP classifica todas as operações da instituição, de crédito e de tesouraria, na carteira bancária, isto é, não possui operações classificadas na carteira de negociação, que é aquela formada pelos instrumentos, inclusive derivativos, mantidos com finalidade de negociação e que atendam às seguintes condições: (i) estejam livres de impedimento legal para venda; e (ii) sejam avaliados diariamente pelo valor de mercado, conforme critérios definidos pela regulamentação em vigor.

Desta forma, a realização de testes de estresse abrange os instrumentos da carteira bancária, sujeitos ao risco de variação de taxas de juros.

Um dos testes consiste em verificar, por meio de choques paralelos nas curvas de juros, qual seria a perda do PRRWA (Patrimônio de Referência para o Limite de Basileia).

Esses testes são realizados para as exposições da carteira ativa e da carteira passiva. O resultado é espelhado no quadro abaixo, já considerando as exposições líquidas, para a data do último dia útil do semestre:

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE - CARTEIRA BANCÁRIA			
REDUÇÃO DO PR _{RWA} (PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA PARA O LIMITE DE BASILEIA), EM PERCENTUAL, DEVIDO A CHOQUES PARALELOS NAS CURVAS DE JUROS			
FATORES DE RISCO DA CARTEIRA	CENÁRIO 1	CENÁRIO 2	CENÁRIO 3
Taxa de Juros Pré-Fixada	0,1401%	0,3273%	0,5905%
Cupom de taxa de juros - TJLP	-0,0012%	-0,0030%	-0,0057%
Cupom de taxa de juros - TLP	0,0143%	0,0352%	0,0687%
Cupom de índice de preço - IPCA	0,0786%	0,1865%	0,3437%
Cupom de índice de preço - IPC-FIPE	0,0166%	0,0401%	0,0761%
Cupom de índice de preço - INPC	0,0043%	0,0100%	0,0180%
Cupom de taxa de juros - TR	0,0037%	0,0087%	0,0160%
Fundos de Investimento de Renda Fixa	0,0001%	0,0020%	0,0040%

Nota: o PR utilizado é o Patrimônio de Referência para o Limite de Basileia (PR_{RWA}).

Cenário 1: Estimativa de perda do PR_{RWA}, relacionada à redução do valor de mercado das operações de crédito e de tesouraria, por meio de choque paralelos nas curvas de juros correspondentes a 2 pontos percentuais.

Cenário 2: Estimativa de perda do PR_{RWA}, relacionada à redução do valor de mercado das operações de crédito e de tesouraria, por meio de choque paralelos nas curvas de juros correspondentes a 5 pontos percentuais.

Cenário 3: Estimativa de perda do PR_{RWA}, relacionada à redução do valor de mercado das operações de crédito e de tesouraria, por meio de choque paralelos nas curvas de juros correspondentes a 10 pontos percentuais.

27. Outras Informações

a) Resultados recorrentes/não recorrentes

	30.06.2023			30.06.2022		
	Resultado Recorrente	Resultado não Recorrente	Total	Resultado Recorrente	Resultado não Recorrente	Total
Receitas da Intermediação Financeira	323.758	-	323.758	246.121	-	246.121
Despesas da Intermediação Financeira	(149.913)	-	(149.913)	(107.520)	-	(107.520)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	173.845	-	173.845	138.601	-	138.601
Outras receitas (Despesas) Operacionais	(16.249)	-	(16.249)	(8.369)	-	(8.369)
Resultado Operacional	157.596	-	157.596	130.232	-	130.232
Resultado não Operacional	11	-	11	9	-	9
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participação	157.607	-	157.607	130.241	-	130.241
Imposto de Renda e Contribuição Social	(42.386)	-	(42.386)	(34.952)	-	(34.952)
Participações no Lucro	(1.641)	-	(1.641)	(1.562)	-	(1.562)
Lucro Líquido	113.580	-	113.580	93.727	-	93.727

28. Eventos Subsequentes

Não ocorreram eventos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua conclusão.

DIRETORIA COLEGIADA

Ricardo Dias de Oliveira Brito – Diretor Presidente e Diretor de Negócios e Fomento em exercício

Karen Kemely Mussi Mhereb – Diretora Financeira e de Crédito

Gustavo José Melo Santos – Diretor Administrativo, de Projetos e Processos

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Jorge Luiz Avila da Silva – Presidente do Conselho de Administração

Carlos Augusto Jatahy Duque-Estrada Júnior

Cristiano Bonfim da Cruz

Diego Allan Vieira Domingues

Francisco Vidal Luna

Jerônimo Antunes

Jorge Tatino Júnior

Luiz Márcio de Souza

Marcelo Diniz de Paula Rocha

Marcos Renato Bottcher

Ricardo Dias de Oliveira Brito

COMITÊ DE AUDITORIA

Marcelo Diniz de Paula Rocha - Coordenador

Bruno Ribeiro da Rocha

Leandro Toshio Matsuoka

Maurício Pozzobon Martins

CONSELHO FISCAL

Eduardo Aggio de Sá – Conselheiro Fiscal efetivo

Thiago Waltz Alves – Conselheiro Fiscal suplente

Eugenia Cristina Cleto Marolla – Conselheira Fiscal efetiva

Diogo Colombo Braga – Conselheiro Fiscal suplente

Jorge Luiz de Lima – Conselheiro Fiscal efetivo

Thierry Mendes Jorge – Conselheiro Fiscal suplente

Emília Ticami – Conselheira Fiscal efetiva

Roberto Yoshikazu Yamazaki – Conselheiro Fiscal suplente

Juliana Augusto Cardoso – Conselheira Fiscal efetiva

Marcelo Alves de Carvalho – Conselheiro Fiscal suplente

SUPERINTENDÊNCIA CONTÁBIL

Gustavo Carvalho Araujo

Contador CRC 1SP240330/O-0

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

1. INTRODUÇÃO

1.1 Constituição e Regulamentação do Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria (“Comitê”) da Desenvolve SP – Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. (“Desenvolve SP”) foi instituído em novembro de 2012 em atendimento à Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 3.198, de 27 de maio de 2004 e ao artigo 24 do Estatuto Social da instituição e sua atuação segue, ainda, as regras de funcionamento estabelecidas na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, no Decreto Estadual nº 62.349, de 26 de dezembro de 2016, no Estatuto Social da Desenvolve SP e na atual versão revisada do seu Regimento Interno, aprovada pelo Conselho de Administração em 29 de maio de 2019.

1.2 Composição

O Comitê, com funcionamento permanente, é composto por quatro membros, com mandato de 5 anos, eleitos e destituídos pelo Conselho de Administração. Os membros do Comitê são independentes e suas funções são indelegáveis, além de possuírem capacitação técnica para o exercício do cargo.

Em 04 de julho de 2023 tomaram posse os novos membros do Comitê de Auditoria em substituição aos membros que estavam em exercício até a data, conforme segue:

- Marcelo Diniz de Paula Rocha – Coordenador
- Bruno Ribeiro da Rocha
- Leandro Toshio Matsuoka
- Maurício Pozzobon Martins

2. ATIVIDADES REALIZADAS NO PERÍODO

O Comitê se reuniu 10 vezes entre março de 2023 a agosto de 2023, realizando 71 sessões de debates, análises, esclarecimentos e, quando pertinentes, recomendações de melhorias nos processos à Administração da Desenvolve SP.

Essas reuniões envolveram Diretores, Superintendentes e Gerentes da instituição, auditoria interna e independente. O Coordenador do Comitê relatou nas reuniões mensais do Conselho de Administração os assuntos relevantes discutidos e registrados resumidamente nas atas das reuniões, encaminhadas previamente a esse colegiado, bem como apresentou os relatórios detalhados das atividades do Comitê, emitidos em bases semestrais e anuais, que permanecem à disposição, na sede da instituição, dos Auditores Independentes e da área de fiscalização do Banco Central do Brasil (BACEN). As versões resumidas dos relatórios são divulgadas junto às demonstrações financeiras semestrais e anuais.

O Comitê analisou a qualidade das demonstrações financeiras relativas ao 1º semestre de 2023, com ênfase na aplicação das práticas contábeis adotadas no Brasil e no cumprimento de normas editadas pelo BACEN.

O Comitê avaliou as recomendações propostas pela Auditoria Interna e pela Auditoria Independente, bem como as determinações provenientes da área de supervisão do BACEN, discutindo com a Administração as providências com vistas aos respectivos atendimentos e acompanhando o processo de implementação delas.

3. RECOMENDAÇÕES APRESENTADAS À ADMINISTRAÇÃO

O Comitê efetuou recomendações e sugestões à Administração da instituição visando ao aperfeiçoamento dos processos de gerenciamento de riscos, *compliance*, controles internos e da gestão econômico-financeira em geral, incluindo o aperfeiçoamento dos processos de avaliação e concessão de créditos.

As recomendações são analisadas pelos gestores responsáveis e foram ou estão sendo implantadas e acompanhadas.

4. AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DOS SISTEMAS DE CONTROLES INTERNOS

A Administração é responsável pelo desenho e pela implantação de políticas, procedimentos, processos e práticas de controles internos que assegurem a salvaguarda de ativos, o tempestivo reconhecimento de passivos e a identificação, quantificação e mitigação, em níveis aceitáveis, dos fatores de risco da instituição.

A Auditoria Interna, subordinada ao Conselho de Administração e atuando sob a supervisão do Comitê, é responsável por aferir o grau de atendimento ou observância, por todas as áreas da instituição, dos procedimentos e práticas de controles internos e que estes se encontrem em efetiva aplicação.

A Superintendência de Controle de Riscos, *Compliance* e Normas (Suric) tem por responsabilidade garantir que os riscos assumidos no desenvolvimento das atividades da instituição estejam em conformidade com os níveis permitidos pelo Banco Central do Brasil e os limites definidos pela Administração, fazendo com que as regras internas e os controles vigentes sejam conhecidos e cumpridos com rigor.

A Auditoria Independente é responsável pelo exames das demonstrações financeiras relativas ao 1º semestre de 2023 e por emitir opinião quanto ao seu preparo consoante às práticas contábeis adotadas no Brasil. Adicionalmente, como resultado de sua avaliação dos controles internos para emissão de opinião sobre as demonstrações financeiras, a Auditoria Independente produz relatório de recomendações sobre práticas contábeis e de controle interno, sem prejuízo de outros relatórios que também deva preparar.

Cabe ao Comitê assessorar o Conselho de Administração na avaliação da qualidade e da efetividade das Auditorias Interna e Independente e quanto à qualidade e a suficiência dos sistemas de controles interno e das demonstrações financeiras.

Baseado nas informações trazidas ao seu conhecimento, o Comitê registra como adequada a atuação da Administração da Desenvolve SP com vistas a garantir a efetividade dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos da instituição. Considera, ainda, que as atribuições e responsabilidades, assim como os procedimentos relativos à avaliação e ao monitoramento dos riscos legais estão definidos e estão sendo praticados de acordo com as orientações corporativas.

5. AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DAS AUDITORIAS INDEPENDENTE E AUDITORIA INTERNA

O Comitê mantém um canal regular de comunicação com os auditores internos e com os auditores independentes, permitindo ampla discussão dos resultados de seus trabalhos, dos aspectos contábeis e de controles internos relevantes e, em decorrência, avalia como satisfatório o volume e a qualidade das informações fornecidas por esses profissionais, os quais apoiam sua opinião acerca da adequação e integridade dos sistemas de controles internos e das demonstrações financeiras. Ademais, não foram identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência dos auditores independentes e a autonomia dos auditores internos.

O Comitê acompanhou as atividades realizadas por ambas as auditorias e os resultados desses trabalhos não trouxeram ao seu conhecimento a existência de riscos residuais que possam afetar a solidez e a continuidade da instituição. Em decorrência, o Comitê avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna e pela Auditoria Independente no período em tela, concernentes às avaliações dos procedimentos e práticas de controles internos da instituição e auditoria das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 30 de junho de 2023.

Com relação aos trabalhos da Auditoria Interna, o Comitê revisou o planejamento e os trabalhos realizados, bem como os relatórios produzidos, verificando e acompanhando as recomendações, especialmente nas áreas de crédito, riscos e controles internos, além de demandas específicas durante o período. O Comitê entendeu que os trabalhos da Auditoria Interna foram realizados de forma adequada e qualidades apropriadas ao longo do período.

O Comitê discutiu com os Auditores Independentes os resultados dos trabalhos realizados no período e as suas conclusões sobre a auditoria das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 30 de junho de 2023, cujo relatório apresenta opinião sem ressalvas.

Os principais pontos discutidos com os Auditores Independentes relacionaram-se com as práticas contábeis, recomendações e demais apontamentos nos relatórios de controles internos e riscos e apresentação das demonstrações financeiras e entendeu como adequada a política de independência na execução dos trabalhos.

6. AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração é responsável pela definição e implantação de sistemas de informações que produzem as demonstrações financeiras da instituição, em observância à legislação societária, às práticas contábeis e às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Bacen.

O Comitê reuniu-se com os responsáveis pela área de contabilidade para análise dos procedimentos que envolveram o processo de preparação das demonstrações financeiras relativas ao 1º semestre de 2023, das práticas contábeis brasileiras relevantes utilizadas pela instituição na sua elaboração e do cumprimento de normas editadas pelo CMN e Bacen. Foram discutidos e revisados os principais aspectos relativos à sua preparação e apresentação, não se verificando diferenças que pudessem influenciar materialmente a situação econômico-financeira da instituição, conforme indica o relatório dos Auditores Independentes, emitido com opinião sem ressalvas.

Por fim, o Comitê discutiu com os auditores independentes os resultados dos trabalhos e suas conclusões sobre a auditoria das referidas demonstrações financeiras, cujo relatório apresenta opinião sem ressalvas. Os principais pontos discutidos também se relacionaram com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com a obediência às normas do CMN e do Bacen e, ainda, com recomendações e demais apontamentos nos relatórios de controles internos e riscos e com a apresentação das demonstrações financeiras.

O Comitê verificou que as demonstrações financeiras estão em conformidade com as práticas contábeis da legislação societária, bem como às normas do CMN e do Bacen.

7. CONCLUSÕES

O Comitê de Auditoria, considerando as suas atividades realizadas no período de março de 2023 a agosto de 2023, as informações recebidas da Administração, da Auditoria Interna, da Auditoria Independente e da área responsável pelo monitoramento corporativo dos controles internos e riscos, conclui, ponderadas as limitações naturais decorrentes de sua atuação, que: a) os sistemas de controles internos, a política de conformidade e as estruturas de gerenciamento de riscos e de capital foram efetivos; b) a Auditoria Interna atuou com independência e a natureza, extensão e qualidade dos trabalhos foram satisfatórias; c) as demonstrações financeiras de 30/06/2023 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas pela legislação societária brasileira e regulamentação do BACEN, e d) Os auditores independentes atuaram com objetividade e independência e emitiram opinião sem ressalvas sobre referidas demonstrações financeiras.

Em decorrência das conclusões acima expostas, o Comitê de Auditoria recomenda a aprovação pelo Conselho de Administração das demonstrações financeiras relativas ao 1º semestre de 2023 da Desenvolve SP – Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A.

São Paulo, 17 de agosto de 2023.

Marcelo Diniz de Paula Rocha
Coordenador

Bruno Ribeiro Da Rocha
Membro Comitê de Auditoria

Leandro Toshio Matsuoka
Membro Comitê de Auditoria

Maurício Pozzobon Martins
Membro Comitê de Auditoria

PARECER 002/2023 DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os Conselheiros de Administração da Desenvolve SP – Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procederam ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras relativos ao semestre findo em 30 de junho de 2023, e à vista da opinião dos Auditores Independentes apresentada, e das conclusões do Comitê de Auditoria, incluídas no seu relatório, onde recomendam a este Conselho de Administração a aprovação das Demonstrações Financeiras, manifestam que os referidos documentos refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa do período encerrado em 30 de junho de 2023, foram elaborados em conformidade com as práticas contábeis brasileiras aplicáveis às instituições financeiras reguladas pelo Banco Central do Brasil e, portanto, estão em condições de serem divulgadas publicamente.

São Paulo, 24 de agosto de 2023.

Jorge Luiz Avila da Silva
Presidente

Carlos Augusto Jatahy Duque-Estrada Júnior
Conselheiro

Diego Allan Vieira Domingues
Conselheiro

Jerônimo Antunes
Conselheiro

Luiz Márcio de Souza
Conselheiro

Marcos Renato Böttcher
Conselheiro

Cristiano Bonfim da Cruz
Conselheiro

Francisco Vidal Luna
Conselheiro

Jorge Tatino Júnior
Conselheiro

Marcelo Diniz de Paula Rocha
Conselheiro

Ricardo Dias de Oliveira Brito
Conselheiro

Rua da Consolação, 371, Térreo
Centro – São Paulo – SP – Brasil
CEP: 01301-000
Tel.: (11) 3123-0464

desenvolvesp.com.br



DESENVOLVE SP
A AGÊNCIA DO EMPREENDEDOR



**SÃO
PAULO**

**GOVERNO
DO ESTADO**

Secretaria de
**Desenvolvimento
Econômico**